

Projeto Escola sem Homofobia Componente de pesquisa

***“Estudo qualitativo sobre a homofobia no ambiente escolar em
11 capitais brasileiras”***



Relatório Técnico Final

Investigadora principal: Dra. Margarita Díaz
Coordenadores da pesquisa: Dra. Magda Chinaglia
Dr. Juan Díaz

“Estudo qualitativo sobre a homofobia no ambiente escolar em 11 capitais brasileiras”

Parcerias:

- Pathfinder do Brasil
- ABGLT
- GALE
- ECOS

Apoio Técnico e Financeiro

- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD)
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
- Ministério da Educação e Cultura (MEC)

Apoio

- Secretarias de Estado da Educação
- Prefeituras Municipais / Secretarias Municipais de Educação

Equipe de Capacitadores da equipe de pesquisa

- **Margarita Diaz**
Mestre e Doutora em Educação
Presidenta da Reprolatina
- **Francisco Cabral**
Psicólogo clínico, Especialista em Sexualidade Humana.
MBA em Marketing
Consultor Reprolatina
- **Magda Loureiro Motta Chinaglia**
Mestre e Doutora em Medicina
Pesquisadora Associada Reprolatina

Equipe de trabalho de campo em cada capital

Belo Horizonte

Pesquisadores(as) Reprolatina:

- Margarita Díaz
- Rodrigo Braga

Assistentes Locais de Pesquisa:

- Carlos Magno Fonseca,
- Frederico Viana Machado,
- Letícia Cardoso Barreto

Cuiabá

Pesquisadores(as) Reprolatina:

- Margarita Díaz
- Elaine Pedro

Assistentes Locais de Pesquisa:

- Clóvis Arantes
- Dolores Watanabe
- Marta Magnusson Solyszko

Curitiba

Pesquisadores(as) Reprolatina:

- Magda Chinaglia
- Rodrigo Braga

Assistentes Locais de Pesquisa:

- André Lucas
- Cilene Matias
- Eliana Raitani

Goiânia

Pesquisadores(as) Reprolatina:

- Margarita Díaz
- Elaine Prandi Pedro

Assistentes Locais de Pesquisa:

- Liorcino Mendes Pereira Filho
(Léo Mendes)
- José Estevão Rocha Arantes
- Morgana Bailão Albino
- Marcelo Daniliauskas

Manaus

Pesquisadores(as) Reprolatina:

- Margarita Díaz
- Elaine Prandi Pedro

Assistentes Locais de Pesquisa:

- Esmael Alves de Oliveira
- Francisco Nery V. Furtado
- Lidiany de Lima Cavalcante

Natal

Pesquisadores(as) Reprolatina:

- Elaine Prandi Pedro
- Tiago Duque

Assistentes locais de pesquisa:

- David Rego
- Emanuel Palhano

Porto Alegre

Pesquisadores(as) Reprolatina:

- Magda Chinaglia
- Maryellen Oliveira

Assistentes Locais de Pesquisa:

- Alessandra Bohm
- Carmen Lucia de Souza Paz
- Daisy Maciel

Porto Velho

Pesquisadores(as) Reprolatina:

- Abraham Juan Díaz Moráquez
- Lula Ramires

Assistentes locais de pesquisa:

- Cleuza Avello Corrêa
- Emanuel Palhano

Recife

Pesquisadores(as) Reprolatina:

- Abraham Juan Díaz Moráquez
- Maryellen Oliveira

Assistentes locais de pesquisa:

- Dayse Luna Pontual
- Rildo Veras
- João Ricard Pereira da Silva

São Paulo

Pesquisadores(as) Reprolatina:

- Magda Chinaglia
- Lula Ramires

Assistentes Locais de Pesquisa:

- Anna Paula Vencato
- Marcelo Daniliauskas
- Regina Facchini

Rio de Janeiro

Pesquisadores(as) Reprolatina:

- Magda Chinaglia
- Tiago Duque

Assistentes locais de pesquisa:

- Almir França
- Carla Mattos
- Fernando Pinheiro
- Joilson Santana

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa só pôde ser realizada graças à colaboração de muitas pessoas que participaram ou colaboraram, desinteressadamente, na sua organização e realização.

É muito difícil fazer uma lista que não omita algumas pessoas; por essa razão, gostaríamos de fazer um agradecimento geral a todas e a cada uma das pessoas e investigadores(as) que participaram e colaboraram nas diferentes etapas do projeto e cada uma das capitais, incluindo toda a equipe da Reprolatina que trabalhou com muito entusiasmo apoiando essa importante pesquisa.

Entre os nomes que não podemos deixar de citar estão os que contribuíram significativamente na definição do projeto de pesquisa, na elaboração de instrumentos, na análise e escrita de resultados e na revisão da literatura; nosso sincero agradecimento a Carlos Laudari, Toni Reis, Tiago Duque, Rodrigo Braga, Rogério Junqueira, Beto de Jesus, Marcelo Daniliauskas e Lula Ramírez.

Gostaríamos também de agradecer à SECAD-MEC e às instituições parceiras do projeto Escola Sem Homofobia, ABGLT, Pathfinder do Brasil e ECOS.

Em cada um dos 11 municípios participantes, a Secretaria de Estado de Educação e a Secretaria Municipal de Educação colaboraram ativamente com a equipe de pesquisa e facilitaram os contatos com as escolas escolhidas. Sem essa colaboração, que agradecemos sinceramente, os resultados não teriam sido tão satisfatórios.

Queremos também agradecer às Diretoras e Diretores das escolas participantes, corpo docente e administrativo que colaboraram desinteressadamente com a pesquisa, às vezes, estendendo o expediente para poder realizar todas as atividades programadas.

Finalmente, mas não por isso menos importante, agradecemos a entusiasta colaboração dos e das estudantes e dos seus pais que, ao autorizar a participação dos filhos e filhas, permitiram que a pesquisa fosse completada com sucesso.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	07
2. OBJETIVOS.....	20
• Objetivo Geral.....	20
• Objetivos Específicos.....	20
3. SUJEITOS E MÉTODOS.....	21
• Desenho do Estudo.....	21
• Amostra.....	21
• Preparação do Estudo.....	22
• Coleta de dados.....	23
• Análise dos Dados.....	28
• Atividades realizadas.....	29
4. RESULTADOS.....	30
• Ambiente Escolar.....	30
• Política de educação Sexual.....	32
• Diversidade Sexual na Escola.....	38
• Postura, Atitudes e Práticas.....	43
• Percepção da Família.....	46
• Homofobia na Escola.....	48
• Causas e Consequências.....	56
• Outros Achados.....	59
5. RESULTADOS E RECOMENDAÇÕES DAS REUNIÕES DEVOLUTIVA.....	62
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	67
8. ANEXOS.....	70

1. INTRODUÇÃO

O Plano Plurianual - PPA 2004-2007 definiu, no âmbito do Programa “Direitos Humanos, Direitos de Todos”, a ação denominada Elaboração do Plano de Combate à Discriminação contra Homossexuais. Para fazer efetivo este compromisso, a Secretaria Especial de Direitos Humanos lançou o Programa Brasil Sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT¹ e de Promoção da Cidadania Homossexual.

Este programa é o reconhecimento explícito da grande importância de focalizar nas necessidades e interesses específicos da população LGBT com uma ação sistemática e abrangente. O objetivo do programa é promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais.

Para atingir tal objetivo, o Programa promove diversas ações voltadas para o apoio a projetos de fortalecimento das instituições, criação e disseminação de conhecimentos sobre direitos e o incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento LGBT.

Nesse contexto, o Estudo qualitativo sobre Homofobia no ambiente escolar em 11 capitais brasileiras, realizado pela ONG Reprolatina - Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva cujos resultados são apresentados neste relatório, objetiva produzir conhecimentos para subsidiar a elaboração, implantação e avaliação de políticas públicas voltadas para o combate à violência e à discriminação por orientação sexual. Também deve contribuir para a efetiva implantação do Programa Gênero e Diversidade Sexual nas Escolas, do Ministério da Educação (MEC).

Esse estudo foi um dos componentes do Projeto Escola sem Homofobia, coordenado pela Pathfinder do Brasil em parceria com a Reprolatina, ABGLT e ECOS, sendo que cada parceiro foi responsável por um componente do projeto. A proposta de projeto foi apresentada em resposta à Emenda Parlamentar nº 50340005, que tem como finalidade “Contribuir para a implementação do Programa Gênero e Diversidade Sexual nas Escolas, do Ministério da Educação, através de ações que promovam ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro”. A proposta, discutida previamente pelos parceiros, obteve aprovação e apoio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do MEC.

O projeto Escola sem Homofobia visava à realização de dois produtos específicos:

- 1) Recomendações para orientar a revisão, formulação e implementação de políticas públicas que enfoquem a questão da homofobia nos processos gerenciais e técnicos do sistema educacional público brasileiro;
- 2) Estratégia de comunicação para trabalhar a diversidade sexual de forma mais consistente e justa em contextos educativos e que repercuta nos diversos valores culturais atuais.

Para conseguir alcançar esses produtos, foi definido então a realização da pesquisa, coordenada pela Reprolatina, a realização de Seminários em diferentes regiões organizados pela ABGLT e a Pathfinder e a elaboração de materiais educativos, que foram responsabilidade da ECOS. A pesquisa atendeu o alcance do primeiro produto.

¹ LGBT: lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais

A intenção original foi realizar a pesquisa em 16 capitais brasileiras, mas por limitações orçamentárias o número foi reduzido para 10 capitais definidas pelos parceiros do projeto junto à SECAD. Posteriormente, o município de Rio de Janeiro solicitou participar, financiando a pesquisa com recursos próprios, inclusive a participação dos pesquisadores locais na capacitação do pessoal, proposta que foi aceita por todos os parceiros do projeto. A pesquisa foi realizada então em 11 capitais.

A Reprolatina, instituição responsável pela realização do estudo, preparou o projeto de pesquisa que incluiu os instrumentos para coleta de dados e o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), os que foram revisados pela SECAD, ECOS e Pathfinder do Brasil, e posteriormente foram enviados para o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Campinas (CEP/UNICAMP), que o aprovou em 15 de julho de 2008. Depois da inclusão do município de Rio de Janeiro, Reprolatina enviou um adendo do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa da UNICAMP, que homologou a aprovação do projeto em Rio de Janeiro, completando 11 municípios, em 26 de maio de 2009.

A proposta da pesquisa qualitativa foi conhecer as percepções, conhecimentos e atitudes da comunidade escolar frente às diversidades e orientações sexuais e de gênero, conceito e percepção da homofobia e do programa Brasil sem Homofobia no processo educativo, focalizando Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e escolas do Ensino Fundamental (6º a 9º ano) da rede pública. Os objetivos da pesquisa bem como a população participante foram definidos com os parceiros e seguindo orientações da SECAD.

Neste relatório incluímos uma revisão geral das políticas públicas relacionadas com educação sexual, diversidades, discriminação, homofobia e outros temas relacionados e uma revisão na literatura dos estudos mais relevantes sobre o conceito de homofobia, outros estudos sobre o tema que objetivam servir como uma base para a compreensão dos resultados encontrados e a importância da realização do estudo. Também inclui a metodologia utilizada e os resultados, que foram descritos agrupando os resultados de todas as capitais de acordo às seguintes categorias de análise: ambiente escolar, políticas de educação sexual, diversidade sexual na escola, postura, atitude e prática da escola frente a estudantes LGBT, percepção da família frente a filhos LGBT, homofobia na escola, causas e consequências da homofobia e outros achados relevantes.

Na sua parte final se apresentam as recomendações feitas pelas pessoas que participaram das reuniões devolutivas dos resultados da pesquisa e algumas considerações finais que poderiam contribuir ao processo de enfrentamento da homofobia nas escolas.

Políticas Públicas de Direitos Humanos em Educação

Ao final da ditadura militar foi promulgada, em 1988, a Constituição Federal do primeiro governo democrático no Brasil. Em seus artigos 205 e 206 assegura que “a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber...” (BRASIL, 2008a)

Dois anos depois, em 1990, foi publicado o Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe no artigo 7º que “a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.” (BRASIL, 1990).

As Diretrizes para uma política educacional em sexualidade foram publicadas pelo Ministério da Educação e do Desporto em 1994 (BRASIL, 1994a). Nesse documento, a educação sexual é considerada como um dos marcos teóricos referenciais necessários para o ser humano “implementar com eficiência seu roteiro existencial, para construir a sua felicidade, vivenciar os valores da cidadania e elaborar as condições necessárias para a melhoria da qualidade de vida... [e que deve dar-lhe]... direcionamento, coerência e harmonia às suas ações e propósitos”.

Apesar da ênfase na apresentação das Diretrizes quanto à natureza preventiva da educação sexual, ao definir o conceito e as finalidades da mesma, amplia-se para uma visão mais holística de que “o sexo não se restringe apenas à finalidade reprodutiva, mas é também uma fonte de prazer e uma forma de expressão de amor” e que, portanto a educação sexual “deve ser entendida no sentido amplo e abrangente, de educação para a plenitude do exercício da sexualidade humana”. Afirma ainda que “a Educação Sexual não pode estar a serviço exclusivo de objetivos circunstanciais como, por exemplo, a profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis e a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (DST/AIDS), da gestação indesejada e dos sexismos”. Da mesma forma, “a Educação Sexual, como a educação em geral, não deve ser considerada apenas como um processo de transmissão cultural, através do qual uma geração transfere para outra suas invenções e descobertas, crenças e valores, conceitos e preconceitos sexuais”.

Em 20 de dezembro de 1996 foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394), cujo artigo 3º dispõe sobre os princípios da educação e entre eles destacam-se: “I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” e “IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância”(BRASIL, 2008b).

Posteriormente foram elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), para o Ensino Básico e Médio, nos quais o termo “orientação sexual” refere-se à educação sexual com a proposta de abordagem como tema transversal. Assim, como afirma o texto, o trabalho de Orientação Sexual deverá acontecer de duas formas: dentro da programação, através dos conteúdos já transversalizados nas diferentes áreas do currículo e de forma extraprogramática, sempre que surgirem questões relacionadas ao tema. O conteúdo proposto para o ensino fundamental inclui o tema da homossexualidade da quinta série em diante (BRASIL, 1997a).

Em 1997/1998, concomitantemente com os Parâmetros Curriculares Nacionais, foram publicados os cadernos de Temas Transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais para a 1ª à 4ª séries e para a 5ª à 8ª séries do Ensino Fundamental (BRASIL, 1998). O tema transversal Orientação Sexual visa que a sexualidade e as questões associadas a ela sejam exploradas transversalmente em diversas áreas do currículo, na medida em que for apropriado e não apenas na disciplina de biologia, por exemplo. Uma deficiência dos Temas Transversais é que não fixam a matéria no currículo e os atribuem vagamente a determinadas disciplinas. O resultado da falta de direcionamento é a ausência da abordagem do tema na escola.

O próximo marco no desenvolvimento das políticas públicas para a educação é o Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 10.172 em 2001 (LEGISLAÇÃO, 2009). O Plano não se detém às especificidades da educação sexual ou da educação para o respeito à diversidade, porém nos objetivos e metas para o Ensino Fundamental e para o Ensino Superior, constam considerações que muito se aproximam a questões tangentes à população LGBT. São eles, respectivamente:

- Manter e consolidar o programa de avaliação do livro didático criado pelo Ministério de Educação, estabelecendo entre seus critérios a adequada abordagem das questões de gênero e etnia e a eliminação de textos discriminatórios ou que reproduzam estereótipos acerca do papel da mulher, do negro e do índio.

- Incluir nas diretrizes curriculares dos cursos de formação de docentes temas relacionados às problemáticas tratadas nos temas transversais, especialmente no que se referem à abordagem tais como: gênero, educação sexual, ética (justiça, diálogo, respeito mútuo, solidariedade e tolerância), pluralidade cultural, meio ambiente, saúde e temas locais.

O **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH)**, publicado em 2003 e revisado em 2006, afirma que “educar em direitos humanos é fomentar processos de educação formal e não-formal, de modo a contribuir para a construção da cidadania, o conhecimento dos direitos fundamentais, o respeito à pluralidade e à diversidade sexual, étnica, racial, cultural, de gênero e de crenças religiosas” (BRASIL, 2003). O Plano tem como fundamento o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos, cujo Plano Inicial de Ação (UNESCO, 2006) foi adotado por todos os Estados-Membros na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2005, dando seguimento à Década das Nações Unidas para a Educação em Direitos Humanos (1995-2004), visando avançar com a implementação de programas de educação em direitos humanos em todos os setores e demonstrando novamente a importância das Nações Unidas para a promoção dos direitos humanos nos países.

Para a educação básica, o PNEDH aponta como um dos princípios norteadores que *“a educação em direitos humanos deve estruturar-se na diversidade cultural e ambiental, garantindo a cidadania, o acesso ao ensino, permanência e conclusão, a equidade (étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras) e a qualidade da educação”*.

Seguindo-se ao PNEDH, em 2003, o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação uniram esforços para, inicialmente, disponibilizar preservativos para adolescentes nas escolas, visando à redução da gravidez e à prevenção da infecção pelo HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis na adolescência. A iniciativa começou com projetos-piloto, com o nome “Projeto Preservativos na Escola”, inicialmente em cinco cidades, envolvendo parcerias entre as escolas e as unidades de saúde para facilitar o acesso dos(das) adolescentes ao preservativo. Ao fim do período piloto, em vista da avaliação positiva, a iniciativa foi ampliada e passou a ser conhecida como o projeto ou programa **“Saúde e Prevenção nas Escolas,”** ampliando sua estratégia para além da disponibilização de preservativos para também abordar a sexualidade humana de uma forma mais abrangente. As publicações desse programa, voltadas para subsidiar profissionais de educação e estudantes no desenvolvimento de suas atividades, fazem referências claras à homossexualidade, com o propósito de promover o respeito à diversidade sexual (BRASIL, 2006c).

Em 2004 o governo federal lançou o programa **Brasil Sem Homofobia**, com 53 ações envolvendo 10 ministérios (CONSELHO, 2004). O programa de ações que trata da educação inclui os seguintes tópicos:

- Fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade;
- Formar equipes multidisciplinares para avaliação dos livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia;
- Estimular a produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia;
- Apoiar e divulgar a produção de materiais específicos para a formação de professores;
- Divulgar as informações científicas sobre sexualidade humana;
- Estimular a pesquisa e a difusão de conhecimentos que contribuam para o combate à violência e à discriminação de GLTB;

- Criar o Subcomitê sobre Educação em Direitos Humanos no Ministério da Educação, com a participação do movimento de homossexuais, para acompanhar e avaliar as diretrizes traçadas.

Em 2005 e 2006 o Ministério da Educação desenvolveu o projeto “Formação de Profissionais da Educação para a Cidadania e Diversidade Sexual” e publicou um termo de referência para a apresentação de propostas de projetos. Desta forma, foram selecionados e financiados 15 projetos de organizações da sociedade civil, órgãos governamentais e instituições de ensino superior voltados para atingir o objetivo da formação inicial e continuada de profissionais da educação previsto no programa Brasil Sem Homofobia (BRASIL, 2007a).

Em 2006 também surgiu o curso **Gênero e Diversidade na Escola** (BRASIL, 2010b). Trata-se de um curso à distância, também com uma etapa presencial, de formação de profissionais da educação básica. Tem como objetivo “*promover o respeito e o reconhecimento das diversidades, especialmente no que se refere à equidade de gênero, à orientação sexual e identidade de gênero e relações étnico-raciais, priorizando a transversalidade das temáticas e dos conteúdos curriculares desenvolvidos no curso*”. O curso é uma ação conjunta desenvolvida pelo Ministério da Educação, a Secretaria de Políticas para as Mulheres e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Sua execução é feita por meio de parcerias com instituições de ensino superior.

Ainda em 2006, a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres lançou o **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**, que destaca a importância da representação e participação de todas as mulheres, elencando especificamente “*mulheres índias, negras, lésbicas, idosas, jovens mulheres, com deficiência, ciganas, profissionais do sexo, rurais, urbanas, entre outras*” (BRASIL, 2006e). No eixo específico do Plano intitulado “Educação inclusiva e não sexista”, consta no primeiro objetivo “*incorporar a perspectiva de gênero, raça, etnia e orientação sexual no processo educacional formal e informal*”, tendo como prioridade a promoção de “ações no processo educacional para a equidade de gênero, raça, etnia e orientação sexual”.

O **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**, publicado em 2008, é muito mais explícito em relação à educação e às mulheres lésbicas e bissexuais, e mesmo às transexuais. Desta vez o título do eixo específico é “Educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-homofóbica e não-lesbofóbica: respeito à diversidade também se aprende na escola” (BRASIL, 2008e). No âmbito da educação os objetivos do Plano incluem o enfrentamento do preconceito e da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, o respeito à diversidade, a eliminação de conteúdos sexistas e discriminatórios e a promoção da inserção de conteúdos de educação para a equidade de gênero e valorização das diversidades nos currículos, materiais didáticos e paradidáticos da educação básica, entre outras metas.

Em 2008 o Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde lançou o **Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DST entre Gays, HSH e Travestis**. O Plano contém uma Agenda Afirmativa, com objetivos, metas e atividades. O objetivo específico nº 3 da Agenda, “promover políticas e ações intersetoriais para enfrentamento das DST/Aids que garantam a inclusão das distintas realidades vivenciadas por gays e outros HSH”, tem várias atividades especificamente relacionadas à educação, entre as quais:

- Realização de atividades em escolas com a participação de profissionais da educação, alunos e comunidade, incluindo a organização de semanas de educação sexual e diversidade LGBT nas escolas vinculadas ao SPE.
- Apoio ao Ministério e às Secretarias de Educação na formação de profissionais de educação (BRASIL, 2008c).

Em 2007 o Ministério da Educação lançou o **Plano de Desenvolvimento da Educação**, que seria um desdobramento do Plano Nacional de Educação, visando, entre outras coisas, a preencher a lacuna que este último deixou em termos das “ações a serem tomadas para a melhoria da qualidade da educação” (BRASIL, 2007b). O Plano apresenta um programa de ações e princípios para a Educação Básica, a Educação Superior, a Educação Profissional e Tecnológica e para a Alfabetização, Educação Continuada e Diversidade. No tocante à diversidade, no entanto, o Plano se restringe a uma discussão da Educação de Jovens e Adultos, com ponderações mais extensas sobre o analfabetismo e a alfabetização, bem como brevíssimas considerações sobre regionalidades e “a reserva indígena, a comuna quilombola e o assentamento”. Questões de gênero ou diversidade sexual não são especificadas no documento.

Em 2006, 29 especialistas em legislação sobre direitos humanos, de 25 países, inclusive do Brasil, se reuniram em Yogyakarta, Indonésia, e aprovaram por unanimidade os **Princípios de Yogyakarta** sobre a Aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos em Relação à Orientação Sexual e Identidade de Gênero. São 29 princípios, cada um focado em um determinado direito. O Princípio 16 refere-se especificamente à educação. O Princípio se inicia com o enunciado “Toda pessoa tem o direito à educação, sem discriminação por motivo de sua orientação sexual e identidade de gênero, e respeitando essas características” (PRINCÍPIOS de Yogyakarta), e aponta oito deveres dos Estados neste sentido. Trata-se de uma iniciativa de extrema importância e relevância, mas que não possui caráter de política oficial. Entretanto, o governo brasileiro tem apoiado sua divulgação no país e sua influência pode ser confirmada em algumas propostas aprovadas nas Conferências Nacional de Educação Básica (2008), na própria Conferência Nacional LGBT (2008) e na Conferência Nacional de Educação (2010).

Outro documento de natureza internacional, desta vez com fortes aportes do Brasil, através do escritório do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS) no país, com a colaboração do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, representantes da sociedade civil, entre outros, bem como as contribuições de Programas Nacionais e representantes da sociedade civil de vários países da América Latina, é a publicação “**Direitos humanos, saúde e HIV**: Guia de ações estratégicas para prevenir e combater a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero”, lançado pelo UNAIDS no ano de 2007. Em relação a políticas públicas de educação, o Guia recomenda:

- Inclusão de educação sexual nas escolas, baseada em evidências científicas, inclusive em termos de diversidade cultural e sexual e no quadro dos direitos humanos, que contemple o tema da orientação sexual e identidade de gênero.
- Criação de programas de combate à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero nas escolas.
- Educação continuada sobre o tema da orientação sexual e identidade de gênero no quadro dos direitos humanos para os profissionais da educação e de saúde.
- Inclusão, nos livros didáticos, das questões de orientação sexual e de identidade de gênero e étnico-racial, no quadro dos direitos humanos.
- Criação, no âmbito do Ministério de Educação e das correspondentes secretarias estaduais, provinciais ou departamentais, de uma comissão técnica para a discussão sobre a abordagem da orientação sexual nas políticas de educação, garantindo a participação de organizações do movimento social GLTTTBI (UNAIDS, 2007).

Em 2008 aconteceu a **Conferência Nacional de Educação Básica**; dentro do eixo temático de Inclusão e Diversidade na Educação Básica foram aprovadas as seguintes deliberações: (BRASIL, 2008d).

Quanto à **diversidade sexual**, as políticas de inclusão e diversidade na educação básica deverão:

1. Realizar constantemente a análise de livros didáticos e paradidáticos utilizados nas escolas - conteúdos e imagens –, para evitar as discriminações de gênero e de diversidade sexual e, quando isso for constatado, retirá-los de circulação;
2. Desenvolver e ampliar programas de formação inicial e continuada em sexualidade e diversidade, visando a superar preconceitos, discriminação, violência sexista e homofóbica no ambiente escolar, e assegurar que a escola seja um espaço pedagógico, livre e seguro para todos/todas, garantindo a inclusão e a qualidade de vida;
3. Rever e implementar diretrizes, legislações e medidas administrativas para os sistemas de ensino promoverem a cultura do reconhecimento da diversidade de gênero, identidade de gênero e orientação sexual no cotidiano escolar;
4. Garantir que a produção de todo e qualquer material didático-pedagógico incorpore a categoria “gênero” como instrumento de análise, e que não se utilize de linguagem sexista, homofóbica e discriminatória;
5. Inserir os estudos de gênero e diversidade sexual no currículo das licenciaturas.

Em relação às conferências de temáticas sociais, em 2008 foi realizada a **1ª Conferência Nacional LGBT**, precedida de conferências em todas as 27 unidades da federação e também em mais de cem municípios. A Conferência aprovou 559 deliberações divididas entre 10 áreas de competência do governo federal, sendo 60 na área da educação.

Foi criada uma Comissão Técnica Interministerial que durante o restante de 2008 e o início de 2009 sistematizou as deliberações da Conferência e as transformou no **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT**, lançado em 2009 (BRASIL, 2009a). O Plano é composto por diretrizes, eixos estratégicos, estratégias e ações, com definição de órgãos responsáveis e prazos para a realização das ações. Em relação à educação, as diretrizes são:

- 5.13. Inserção da temática LGBT no sistema de educação básica e superior, sob abordagem que promova o respeito e o reconhecimento da diversidade da orientação sexual e identidade de gênero;
- 5.15. Garantia, a estudantes LGBT, do acesso e da permanência em todos os níveis e modalidades de ensino, sem qualquer discriminação por motivos de orientação sexual e identidade de gênero;
- 5.23. Intersetorialidade e transversalidade na proposição e implementação das políticas públicas: o combate à homofobia requer ações integradas entre as áreas da educação, saúde e segurança, dentre outras;

Também lançado em 2009, o **Programa Nacional de Direitos Humanos III** (PNDH 3), no seu Eixo Orientador V, intitulado “Educação e Cultura em Direitos Humanos”, reconhece e faz referência específica à necessidade de também tratar do tema da orientação sexual e identidade de gênero na Educação Básica:

Na educação básica, a ênfase do PNDH-3 é possibilitar, desde a infância, a formação de sujeitos de direito, priorizando as populações historicamente mais vulneráveis... Conhecer o diferente, desde a mais tenra idade, é perder o medo do desconhecido, formar opinião respeitosa e combater o preconceito, às vezes arraigado na própria família. No Programa, essa concepção se traduz em propostas de mudanças curriculares, incluindo a educação transversal e permanente nos temas ligados aos Direitos Humanos e, mais especificamente, o estudo da temática de gênero e orientação sexual, das culturas indígena e afro-brasileira entre as disciplinas do ensino fundamental e médio (BRASIL, 2010a).

Em 2010 foi realizada a **Conferência Nacional de Educação**. O Documento Final contendo as deliberações da Conferência define com clareza e de forma abrangente, o que se entende por diversidade:

Como função social, cabe reconhecer o papel estratégico das instituições da educação básica e superior na construção de uma nova ética, centrada na vida, no mundo do trabalho, na solidariedade e numa cultura da paz, superando as práticas opressoras, de modo a incluir, efetivamente, os grupos historicamente excluídos: negros, quilombolas, pessoas com deficiência, povos indígenas, trabalhadores do campo, mulheres, LGBTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), entre outros. (BRASIL, 2010d).

O Documento Final também define e justifica as ações afirmativas voltadas para a promoção da inclusão social, inclusive na área da educação:

As **ações afirmativas** são políticas e práticas públicas e privadas que visam à correção de desigualdades e injustiças históricas face a determinados grupos sociais (mulheres/homens, população LGBT - lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais - negros/as, indígenas, pessoas com deficiência, ciganos). São políticas emergenciais, transitórias e passíveis de avaliação sistemática. Ao serem implementadas poderão ser extintas no futuro, desde que comprovada a superação da desigualdade original. Elas implicam uma mudança cultural, pedagógica e política. Na educação, dizem respeito ao direito a acesso e permanência na instituição escolar aos grupos dela excluídos, em todos os níveis e modalidades de educação.

As deliberações apresentadas no Documento Final em relação ao eixo temático VI – “justiça social, educação e trabalho: inclusão, diversidade e igualdade”, são extensas em relação a gênero e diversidade sexual e têm o potencial de ter um impacto futuro considerável na política federal de educação nesta área, abordando, entre outros, os aspectos da formação inicial e continuada dos(das) profissionais da educação nesses temas; a reorganização da proposta curricular nacional, voltada para uma educação não sexista, tendo o estudo de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, diversidade sexual e educação sexual, como disciplina obrigatória; materiais didáticos diversos, que ao mesmo tempo promovam o respeito à diversidade e também sejam livres de conteúdos capazes de incentivar a discriminação; e a atuação preventiva por parte dos sistemas educacionais para evitar a evasão motivada por homofobia.

Antecedentes na literatura

O conceito de homofobia² surgiu em 1972, cunhado por George Weinberg, no campo da psicologia, para se referir às pessoas que têm medo ou aversão aos homossexuais e/ou à homossexualidade. Ao longo do tempo esse conceito foi e segue sendo resignificado, não se restringe à área da psicologia nem diz respeito somente a aversão, medo e discriminação a homossexuais de ambos os sexos, mas também a bissexuais, travestis e transexuais, inclusive podendo se desdobrar nos termos lesbofobia, bifobia e transfobia, seja para dar visibilidade a cada uma dessas identidades, seja para ressaltar processos e efeitos específicos de discriminação por pessoas que vivem uma sexualidade não-heterossexual e com nuances de acordo com as relações e expressões de gênero.

A homofobia, enquanto conceito, não serve somente para diagnosticar uma pessoa preconceituosa ou discriminadora, mas pode ser utilizado como um referencial, assim como por exemplo o sexismo, racismo, classismo e xenofobia, para identificar as manifestações da discriminação e desigualdades sofridas por pessoas percebidas como não-heterossexuais e que afetam diversos aspectos da vida dos indivíduos e da sociedade e ainda contribui para identificar quais os processos sociais, culturais e políticos entre outros que reproduzem essa forma de preconceito e discriminação.

Como problematiza Rogério Diniz Junqueira:

A visão que, neste caso, prevalece acerca da homofobia se dá, em geral, a partir da manutenção da referência àquele conjunto de emoções negativas, mas sem enfatizar exclusivamente aspectos de ordem psicológica e, ao mesmo tempo, rechaçando acepções patologizantes. O que é mais marcante neste caso é a tentativa de se conferir outra espessura ao conceito, na medida em que ele é associado, sobretudo, a situações e mecanismos sociais relacionados a preconceitos, discriminações e violências contra homossexuais, bissexuais e transgêneros, seus comportamentos, aparências e estilos de vida. A tônica deixa de ser posta na “fobia” e em modelos explicativos centrados no indivíduo e passa a ser de reflexão, crítica e denúncia contra comportamentos e situações que poderiam ser mais bem abordados em outros campos: o cultural, o educacional, o político, o institucional, o jurídico, o sociológico, o antropológico. A homofobia passa a ser vista como fator de restrição de direitos de cidadania, como impeditivo à educação, à saúde, ao trabalho, à segurança, aos direitos humanos e, por isso, chega-se a propor a criminalização da homofobia. (JUNQUEIRA, 2007).

Ainda sobre preconceito, discriminação e inferiorização social:

Por preconceito, designam-se as percepções mentais negativas em face de indivíduos e de grupos socialmente inferiorizados, bem como as representações sociais conectadas a tais percepções. Já o termo discriminação designa a materialização, no plano concreto das relações sociais, de atitudes arbitrárias, comissivas ou omissivas, relacionadas ao preconceito, que produzem violação de direitos dos indivíduos e dos grupos (RIOS, 2010).

As pessoas não nascem com preconceitos, estes são adquiridos, e também podem ser revistos, ao longo da vida em diversas instâncias como família, comunidade, escola, religião, direito, mídia dentre outras. E também por esses meios é que vamos aprendendo quais as pessoas ou grupos passíveis de serem discriminados que têm “menor valor social” e que tipo de atitudes desiguais e discriminatórias são socialmente, culturalmente, politicamente e juridicamente aceitas.

² Algumas sugestões para um aprofundamento sobre o conceito de homofobia ler BORRILLO (2010), JUNQUEIRA (2007) e RIOS (2009).

Quando falamos em homofobia, o preconceito de origem é a crença de que a heterossexualidade é a única desejável e legítima. Nesse sentido é que se pode falar em uma sociedade ou cultura heterossexista ou homofóbica, que ao tomar por base que todas as pessoas deveriam ser heterossexuais, as que não correspondem a esse padrão sexual são socialmente inferiorizadas, estereotipadas e comumente discriminadas.

Ainda como aponta Junqueira (2007):

É preciso, então, considerar a existência de um variado e dinâmico arsenal de normas, injunções disciplinadoras e disposições de controle voltadas a estabelecer e a impor padrões e imposições normalizantes no que concerne a corpo, gênero, sexualidade e a tudo o que lhes diz respeito, direta ou indiretamente. A homofobia, nesse sentido, transcende tanto aspectos de ordem psicológica quanto a hostilidade e a violência contra pessoas homossexuais (gays e lésbicas), bissexuais, transgêneros (especialmente travestis e transexuais) etc. Ela, inclusive, diz respeito a valores, mecanismos de exclusão, disposições e estruturas hierarquizantes, relações de poder, sistemas de crenças e de representação, padrões relacionais e identitários, todos eles voltados a naturalizar, impor, sancionar e legitimar uma única seqüência sexo-gênero-sexualidade, centrada na heterossexualidade e rigorosamente regulada pelas normas de gênero (JUNQUEIRA, 2007).

Dado que a sexualidade não é necessariamente perceptível, salvo quando esta é expressa publicamente, verbalmente ou por meio de manifestações de afeto, há uma vigilância social de uma correspondência entre sexo-gênero-sexualidade, a partir do sexo masculino e feminino, uma série de expectativas sobre o que são coisas de homens e coisas de mulheres é criada, formas de ser, de agir, de se expressar, mas na medida em que as pessoas de um determinado sexo não cumprem com essas expectativas, são punidas, discriminadas, pois esse “desvio” pode significar que a norma heterossexual está sendo ou pode ser rompida.

Logo, a homofobia não afeta somente lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais: comumente desde que um indivíduo não corresponda às normas de gênero, passa a ser tratado sobretudo como potencial homossexual e discriminado como tal.

Existem outras situações em que a homofobia impacta na vida de heterossexuais: parceiros ou parceiras de bissexuais, travestis e transexuais que sofrem discriminação por se relacionar com pessoas LGBT e amigos/as e parentes destas últimas podem ser retaliados/as por seu convívio com LGBT ou sofrem indiretamente com o preconceito e discriminação voltados a pessoas próximas.

Em um aspecto social e político a homofobia afeta a todos e todas, é um sintoma de uma sociedade que promove a discriminação, a desigualdade, por não respeitar a pluralidade ou diversidade da sexualidade. Nesse sentido, pode levar a reflexão de como nossa sociedade lida com sua diversidade e com os princípios do respeito, da igualdade, da justiça social, da solidariedade entre outros e de quais princípios e mecanismos são colocados em prática para inferiorizar e discriminar não só em relação à sexualidade, mas também por outras características como por exemplo origem, etnia e idade. Como afirma Borrillo (2010), a forma como a sociedade e o Estado lidam com homossexuais, o respeito e proteção que lhes garantem, assim como às mulheres, minorias religiosas, aos indivíduos independentemente da cor da pele, das opiniões políticas é um extraordinário indicador do nível de civilização.

Uma das facetas da homofobia se manifesta por meio de crimes de ódio, ou seja, assassinatos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, motivados pela discriminação em relação a essas orientações sexuais e identidades de gênero, que fere diretamente o direito fundamental à vida. Desde meados dos anos de 1980 o Grupo Gay da Bahia (GGB) produz o Relatório Anual de

Assassinatos de Homossexuais, que na sua edição do ano de 2010 contabilizou 260 homicídios, o que faz com que o Brasil figure como o país com o maior número de assassinatos homofóbicos no mundo.

A homofobia que se dá por meio do estigma, preconceito e discriminação ainda torna as pessoas LGBT muito mais vulneráveis à depressão, transtornos de ansiedade generalizados e de conduta e distúrbios no uso de álcool e drogas, bem como as tornam mais propensas a pensar em e tentar suicídio ou fugir de casa e viver nas ruas. Essas questões estão em grande parte relacionadas à rejeição de uma sexualidade não heterossexual e afeta de forma contundente jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Por exemplo, jovens LGBT nos quais sua sexualidade é rejeitada pelos pais tem oito vezes mais chances de cometer suicídio do que aqueles que são aceitos/as. Nos Estados em que não há políticas de combate ao preconceito e à discriminação as pessoas LGBT têm cinco vezes mais chances de desenvolver algum tipo de transtorno mental em relação aos Estados em que existem políticas de proteção e não-discriminação (HAAS, et al, 2011).

Baseado em um estudo brasileiro sobre este assunto, Fernando Silva Teixeira-Filho e Carina Alexandra Rondini Marreto (2010) realizaram um trabalho junto a adolescentes entre 12 e 20 anos, de ambos os sexos, nos municípios de Assis, Ourinhos e Presidente Prudente no interior do Estado de São Paulo, para explorar as conexões entre orientação sexual e pensamentos e tentativas de suicídios, apresentando entre os dados obtidos que: jovens LGBT apresentam duas vezes mais chances de pensar em suicídio, três vezes mais chances de tentar suicídio e estão duas vezes mais propensos a sofrer violência sexual em relação aos/às heterossexuais.

Entre 2004 e 2006, o Centro Latinoamericano de Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/Universidade Estadual do Rio de Janeiro) e o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC/Universidade Cândido Mendes) realizaram, em parceria com ativistas e outras instituições acadêmicas, o projeto Política, Direitos, Violência e Homossexualidade, que junto aos/às participantes das Paradas do Orgulho LGBT, coletaram dados sobre vitimização e discriminação de homossexuais no Brasil e noutros países da América Latina.

Em nosso país a pesquisa foi aplicada nas Paradas do Orgulho LGBT de Pernambuco (2006)³, Rio de Janeiro (2003 e 2004)⁴ e São Paulo (2005)⁵. Com base nessa metodologia foi desenvolvida a pesquisa Sexualidade, Cidadania e Homofobia na Parada do Orgulho LGBT de São Paulo em 2006 por meio de parceria entre a Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo (APOGLBT-SP), Criterium Assessoria em Pesquisas e Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal (SDH).

Dentre outras informações, essas pesquisas levantaram dados sobre os matizes de agressões sofridas por pessoas LGBT. Por exemplo, de acordo com os dados dos anos mais recentes, os/as entrevistados/as apontaram que por conta da sua orientação sexual⁶:

Entre 64,8% a 70,8% das pessoas LGBT sofreram discriminação, a qual foi praticada:

³ *Política, Direitos, Violência e Homossexualidade. Pesquisa 5ª Parada da Diversidade - Pernambuco 2006.* Disponível em : <http://www.clam.org.br/pdf/pesquisasergiofinal.pdf>.

⁴ *Política, Direitos, Violência e Homossexualidade: 8ª Parada do Orgulho GLBT - Rio 2003.* Disponível em: <http://www.clam.org.br/pdf/relatorioglt.pdf> e *Política, Direitos, Violência e Homossexualidade. Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT - Rio 2004.* Disponível em: <http://www.clam.org.br/pdf/paradario2004.pdf>.

⁵ *Política, Direitos, Violência e Homossexualidade. Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT - São Paulo 2005.* Disponível em: http://www.clam.org.br/publique/media/paradasp_2005.pdf.

⁶ Os dados apresentados são as variações entre a menor e a maior porcentagem do conjunto das cidades pesquisadas para cada questão. A metodologia das pesquisas apesar de não ser exatamente a mesma de acordo com o ano ou a cidade, ela é muito similar o que permite correlaciona-las.

por amigos/as ou vizinhos/as (32% a 41,7%), na escola/faculdade (26,8% a 33,5%), no ambiente familiar (26% a 29,7%), no ambiente religioso (21,6% a 26%), em comércio/locais de lazer (18% a 25%), no trabalho/emprego (11,7% a 21%) e em serviços de saúde (10,9% a 14%).

De 59% a 61,5% das pessoas LGBT sofreram agressão, sendo os principais tipos: agressão verbal / ameaça de agressão (55% a 55,4%), chantagem ou extorsão (11% a 19,5%), agressão física (15% a 20,8%), violência sexual (5,6% a 10,2%) e boa noite cinderela (3% a 7,2%).

Os locais em que essas violências ocorreram foram: em local público (56,2% a 58,5%), em casa (15,1% a 20,2%), na escola/faculdade (10% a 12,1%), em estabelecimento comercial (4,2% a 8%) e no trabalho (4,8%).

Os agressores foram indicados: desconhecidos/as (35,3% a 49,7%), amigos/as ou conhecidos/as (9% a 25,7%), familiar/es (10,4% a 13,8%), vizinhos/as (5% a 11,1%), colegas de escola/faculdade (7% a 11%), parceiros/as ou ex-parceiros/as (2% a 7,8%), policiais (3,3% a 5%), funcionários/as públicos/as/ privados/as (1% a 2,6%), chefes (0,6% a 2%), colegas de trabalho (1,9% a 3%) e professores/as (0,6% a 2%).

Ainda ressaltamos que essas pesquisas realizadas durante as Paradas do Orgulho LGBT indicaram que, quando desmembrados os casos de discriminação e agressão por conta de sexualidade em relação à faixa etária, os níveis de homofobia na escola são ainda mais altos dos que os resultados apresentados acima no que diz respeito às faixas etárias mais jovens, ou seja dos/as que ainda frequentam esses ambientes, inclusive há relatos de violência sexual em um local que deveria ser seguro e de promoção do conhecimento e da cidadania.

Essas pesquisas demonstram a existência de uma gama de formas de discriminações e agressões para além dos crimes de ódio, sendo que a escola ocupa um lugar considerável em incidência desses casos, ocupando o segundo ou terceiro local de maior índice de violência homofóbica, esta praticada por uma série de sujeitos: familiares, colegas de escola ou de trabalho, chefes e inclusive professores/as, havendo variações nos índices de homofobia para cada tipo de agressão e discriminação de acordo com a cidade pesquisada.

A pesquisa “Perfil dos Professores Brasileiros”, realizada pela UNESCO, entre abril e maio de 2002, em todas as unidades da federação brasileira, na qual foram entrevistados 5.000 professores da rede pública e privada, revelou, entre outras coisas, que para 59,7% deles é inadmissível que uma pessoa tenha relações homossexuais e que 21,2% deles tampouco gostariam de ter vizinhos homossexuais (UNESCO, 2004).

Em 2008 foi desenvolvida a pesquisa Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil: Intolerância e respeito às diferenças sexuais, realizada pela Fundação Perseu Abramo em parceria com a fundação Rosa Luxemburgo, cujo objetivo foi investigar o preconceito e a discriminação familiar, social e institucional em relação a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. A pesquisa incluiu 2.014 entrevistados/as de 150 municípios das cinco regiões do país por meio de um questionário com 92 questões a respeito do tema.

Os resultados mostraram que os/as participantes consideram que existe preconceito contra: travestis 93% (sendo 73% muito preconceito e 16% um pouco), transexuais 91% (71% muito e 17% um pouco), gays (70% muito e 18% um pouco), lésbicas 92% (69% muito e 20% um pouco), bissexuais 90% (64% muito e 22% um pouco).

Quando indagados se eles/as tinham preconceito em relação às pessoas LGBT as respostas foram: 29% admitiram preconceito contra travestis, 28% contra transexuais, 27% contra lésbicas e bissexuais e 26% contra gays.

Do total da amostra 6% foram classificados como tendo forte preconceito contra pessoas LGBT, 39% demonstraram um preconceito mediano, 54% manifestaram um grau de preconceito considerado leve e somente 1% não apresentou algum nível de preconceito. Entre os/as entrevistados/as LGBT, 59% já se sentiram discriminados. No que diz respeito à escola, em relação ao agente discriminador: 27% indicaram colegas de escola, 13% ao entrar em uma escola e 7% por professores/as.

Deste modo, a análise das políticas públicas implementadas no Brasil e as pesquisas realizadas sobre o tema permitem afirmar que existe consciência de que a homofobia no país é um problema importante e que merece a atenção de toda a comunidade. As pesquisas também permitem afirmar que, apesar da implementação de várias políticas públicas, a homofobia parece não estar diminuindo de maneira significativa e alguns indicadores, tais como homicídios por homofobia, estão aumentando em alguns estados. Isto indicaria que as políticas implementadas são ineficazes ou estão sendo mal implementadas ou implementadas só parcialmente.

Por outro lado, embora haja consenso de que o enfrentamento da homofobia deveria começar desde a infância, pouco se sabe sobre a situação da homofobia na comunidade escolar e muito pouco sobre as causas que a mantêm nas escolas.

Esta pesquisa de cunho qualitativo não pretendeu só confirmar que a homofobia está presente nas escolas; também não buscou comparar quantitativamente se a homofobia está aumentando ou diminuindo nem se há regiões do país com maior frequência de eventos homofóbicos. Seu objetivo foi tentar compreender como são abordadas as diversidades sexuais nas escolas, conhecer melhor se existe homofobia nas escolas, quais são as causas que originam e permitem que a homofobia continue vigente, conhecer se as políticas públicas relacionadas estão ou não implementadas nas escolas e quais as causas que fazem com que as políticas públicas não tenham o efeito esperado de reduzir a homofobia.

Só conhecendo muito bem as causas do problema, assim como as razões pelas quais as políticas públicas não estão tendo o efeito desejado poderemos fazer recomendações para que a luta contra a homofobia seja mais efetiva. Portanto, esta pesquisa pretende mostrar o que está acontecendo nas escolas, estimular o diálogo e o debate, propor algumas recomendações para que as ações sejam mais efetivas para conseguir uma escola sem homofobia e deter a discriminação e a violência contra todas as pessoas que não vivem de acordo com a norma heterossexista, que custa muitas vidas e impede o pleno desenvolvimento pessoal de muitos brasileiros e brasileiras.

2. OBJETIVOS

I. OBJETIVO GERAL

Conhecer a percepção das autoridades educacionais, equipe docente, e alunos de 6º ao 9º ano de ensino fundamental da rede pública de ensino, sobre a situação da homofobia no ambiente escolar, para dar subsídios ao programa Brasil sem Homofobia.

II. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Descrever o conhecimento, atitudes e práticas de educadores e alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental quanto às diversidades de orientação sexual e de gênero na escola;
2. Descrever o conhecimento, atitudes e práticas de educadores e alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental quanto à homofobia no ambiente escolar;
3. Descrever as opiniões de educadores e alunos quanto às possíveis razões e consequências da violência homofóbica nas escolas;
4. Descrever o ambiente escolar com relação às diversidades de orientação sexual e de gênero;
5. Descrever o conhecimento de educadores e alunos sobre o programa Brasil sem Homofobia, bem como as ações do programa implementadas nas escolas;
6. Descrever a opinião e aceitação do programa Brasil sem Homofobia pela equipe docente e autoridades da educação dos municípios participantes;
7. Descrever as recomendações de autoridades, docentes e alunos para reduzir ou eliminar a homofobia nas escolas.

3. SUJEITOS E MÉTODOS

I. DESENHO DO ESTUDO

Realizou-se uma pesquisa qualitativa em 11 capitais, representando as cinco regiões do país, a saber:

Norte: Manaus (AM), Porto Velho (RO)

Nordeste: Natal (RN), Recife (PE)

Centro-Oeste: Cuiabá (MT), Goiânia (GO)

Sudeste: Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP)

Sul: Curitiba (PR), Porto Alegre (RS)

A escolha das cidades participantes foi uma decisão de consenso entre as instituições parceiras e a SECAD.

II. AMOSTRA

A seleção da amostra foi feita com base nas proposições teóricas de Patton sobre amostragem proposital⁷. Em cada município foram selecionadas quatro escolas com ensino de 6º a 9º ano, sendo duas escolas estaduais e duas municipais. As escolas foram selecionadas de maneira aleatória de acordo ao processo detalhado a seguir:

Em primeiro lugar, em cada município foram elaboradas duas listas uma das escolas estaduais e outra das escolas municipais. Ambas as listas foram classificadas em ordem decrescente, de acordo as notas do IDEB 2007. As listas foram obtidas do site do Ministério da Educação. De cada uma das listas classificadas por IDEB foram selecionadas duas amostras para o sorteio, uma contendo as escolas classificadas no percentil igual ou maior a 75 e outra amostra com as escolas classificadas no percentil 25 ou menor. Depois de realizar esse processo de classificação, foram enviadas, aos municípios, quatro listas:

- Escolas estaduais com IDEB ≥ 75
- Escolas estaduais com IDEB ≤ 25
- Escolas municipais com IDEB ≥ 75
- Escolas municipais com IDEB ≤ 25 .

⁷ Patton, MQ. Qualitative evaluation and research methods. 2nd Ed. London: Sage Publications; 1990.

As listas foram enviadas para as respectivas Secretarias de Educação (estadual ou Municipal), solicitando que fosse especificado para cada escola se estava localizada em área central ou periférica do município.

Depois de receber as listas, as escolas foram selecionadas, utilizando um software livre de geração de números aleatórios⁸. Foram sorteadas, de cada lista, três escolas, uma titular e duas suplentes para a eventualidade que a titular não pudesse participar. Com esse sistema, em todos os municípios foram sorteadas:

- 3 escolas (1 titular e 2 suplentes), municipais, periféricas, com IDEB alto
- 3 escolas (1 titular e 2 suplentes), municipais, centrais, com IDEB baixo
- 3 escolas (1 titular e 2 suplentes), estaduais, centrais, com IDEB alto
- 3 escolas (1 titular e 2 suplentes), estaduais, periféricas, com IDEB baixo

Os assistentes locais da pesquisa visitaram as escolas para confirmar a participação e, nos casos de impossibilidade de participar, as escolas titulares foram substituídas por alguma das suplentes, sempre tentando substituir com a primeira suplente.

Com só uma exceção, foi possível, em todos os municípios, uma amostra de escolas com duas escolas municipais e duas estaduais; duas escolas periféricas e duas centrais e duas escolas com IDEB baixo e duas com IDEB alto.

Em cada município, o estudo foi realizado por meio de entrevistas e grupos focais de acordo à descrição abaixo:

- Entrevista em profundidade com o(a) Secretário(a) Estadual de Educação ou um(a) representante.
- Entrevista em profundidade com o(a) Secretário(a) Municipal de Educação ou um(a) representante.
- Entrevista em profundidade com o(a) Diretor(a) ou representante de quatro escolas (duas estaduais e duas municipais).
- Entrevista em profundidade com o(a) Coordenador(a) pedagógico(a) de quatro escolas (duas estaduais e duas municipais).
- Entrevistas informais com pessoal administrativo e de apoio de quatro escolas (duas estaduais e duas municipais).
- Grupos focais com professores de quatro escolas (duas estaduais e duas municipais).
- Grupos focais com alunos de quatro escolas (duas estaduais e duas municipais).

III. PREPARAÇÃO DO ESTUDO

Inicialmente a Pathfinder do Brasil enviou uma carta às secretarias estaduais e municipais das cidades envolvidas apresentando o projeto, descrevendo os objetivos e a metodologia do estudo e solicitando apoio para sua realização. O mesmo procedimento foi adotado simultaneamente pela ABGLT, que enviou uma carta às ONG do movimento LGBT das cidades participantes.

⁸ <http://www.randomization.com>

Em seguida, pesquisadores(as) da Reprolatina contataram representantes da educação indicados(as) pela SECAD e do movimento social indicados(a) pela ABGLT para a organização da visita preparatória da pesquisa.

Na etapa seguinte, realizaram-se visitas preparatórias em todas as cidades, com o objetivo de solicitar confirmação da autorização para realizar a pesquisa com as autoridades de educação, reuniões com autoridades locais e diretores/as das escolas selecionadas para explicar objetivos da pesquisa e atividades e solicitar autorização, confirmar a participação das escolas selecionadas ou escolher nova(s) escolas se alguma(s) não pudesse (em) participar, disseminar informação sobre a pesquisa no meio acadêmico e no movimento social explicando os critérios de seleção dos(as) assistentes de pesquisa.

Posteriormente, em cada município foram selecionados(as) e contratados(as) três assistentes locais de pesquisa, sendo dois da área de educação e um(a) do movimento social. Os(as) assistentes locais de pesquisa tiveram como responsabilidade organizar e preparar a realização do trabalho de campo em cada cidade.

A preparação da pesquisa incluiu também uma capacitação teórica e prática, com 40 horas de duração, que teve como objetivos preparar a equipe no tema e nas técnicas qualitativas e uniformizar conceitos e marcos de referência. A capacitação incluiu os temas: projeto Escola sem Homofobia, principais marcos de referência, identificação de atitudes e valores, noções de pesquisa qualitativa, técnicas de comunicação, corpo, sexualidade, gênero, direitos sexuais e reprodutivos, aspectos éticos, aspectos práticos do trabalho de campo e avaliação.

Após a capacitação, os(as) assistentes locais de pesquisa realizaram visitas nas escolas para organizar as atividades do trabalho de campo, distribuir os termos de consentimento livre e esclarecido (TCLE) para os pais ou responsáveis legais de estudantes menores de 18 anos e preparar a agenda.

IV. COLETA DE DADOS

Previamente à coleta de dados, e com base na revisão da literatura e instrumentos disponíveis já utilizados em outras pesquisas qualitativas, nacionais e internacionais, foram elaborados os roteiros para:

- Entrevistas em profundidade para gestores, diretores (as) e professores (as)
- Grupos focais com professores (as)
- Grupos focais com estudantes
- Entrevistas informais com pessoal administrativo e
- Observação dirigida nas escolas.

Esses instrumentos foram revisados pelos parceiros do projeto e pré-testados em escolas públicas do 6º ao 9º ano de duas cidades próximas de Campinas para a obtenção da versão final.

O trabalho de campo foi realizado durante uma semana em cada cidade com uma equipe de pesquisa constituída por dois pesquisadores da Reprolatina e três assistentes locais de pesquisa do município.

Em cada escola foram realizadas as seguintes atividades:

- Duas entrevistas em profundidade, sendo uma com o(a) diretor (a) e uma com o(a) coordenador(a) de ensino;
- Um ou dois grupos focais com professores e professoras e
- Um ou dois grupos focais com estudantes.

Também foram realizadas entrevistas informais com pessoal administrativo (merendeiras, inspetores(as), porteiros(as), pessoal administrativo, etc) e a observação do ambiente escolar, incluindo banheiros, bibliotecas, salas de aula e outros espaços da escola, bem como a observação do comportamento de estudantes e dinâmica fora da sala de aula. Em cada município, também foram realizadas entrevistas em profundidade com o(a) Secretário Estadual e Municipal de Educação ou representantes por eles (elas) designados (as).

Escolas que participaram no estudo:

Belo Horizonte - MG

- Escola Estadual Laudieme Vaz de Melo
IDEB $p \leq 25$, localização periférica
- Escola Estadual Presidente Antônio Carlos
IDEB $p \leq 25$, localização central
- Escola Municipal Murilo Rubião
IDEB $p \geq 75$, localização periférica
- Escola Municipal IMACO
IDEB $p \geq 75$, localização central

Cuiabá - MT

- Escola Municipal Deputado Ulisses Guimarães
IDEB $p \leq 25$, localização periférica
- Escola estadual 1º e 2º grau Bela Vista
IDEB $p \geq 75$, localização central
- EMEB Francisvaldo de Brito
IDEB $p \geq 75$, localização periférica
- EE Francisco Alexandre Ferreira Mendes
IDEB $p \geq 75$, localização central

Curitiba - PR

- EM Maria Clara Brandão Tesseroli
IDEB $p \geq 75$, localização periférica
- EM Albert Schweitzer
IDEB $p \geq 75$, localização periférica
- Colégio Estadual Ivo Leão
IDEB $p \leq 25$, localização periférica
- Inst. Ed. Prof Erasmo Pilotto
IDEB $p \geq 75$, localização central

Goiânia - GO

- Escola Estadual Marechal Rondon
Estadual, IDEB $p \geq 75$, localização central
- Escola Estadual Colemar Natal e Silva
Estadual, IDEB $p \geq 75$, localização central
- Escola Municipal Engenheiro Antônio Félix
Municipal, IDEB $p \geq 75$, localização periférica
- Escola Municipal Maria Araújo de Freitas
Municipal, IDEB $p \leq 25$, localização central

Manaus - AM

- Escola Estadual Gilberto Mestrinho
Estadual, IDEB $p \leq 25$, localização periférica
- Escola Municipal Antônio Matias Fernandes
Municipal, IDEB $p \leq 25$, localização central
- Escola Estadual Pedro Silvestre
Estadual, IDEB $p \geq 75$, localização central
- Escola Municipal Cândido Honório
Municipal, IDEB $p \leq 25$, localização periférica

Natal - RN

- Escola Estadual Graciliano Lordão
Estadual, IDEB $p \leq 25$, localização periférica
- Escola Estadual Newton Braga Faria
Estadual, IDEB $p \geq 75$, localização central
- Escola Municipal Amadeu Araújo
Municipal, IDEB $p \geq 75$, localização periférica
- Escola Municipal Juvenal Lamartine
Municipal, IDEB $p \leq 25$, localização central

Porto Alegre - RS

- Escola Estadual de Ensino Fundamental São Francisco de Assis
Estadual, IDEB $p \leq 25$, localização central
- Escola Estadual de Ensino Fundamental Felipe de Oliveira
Estadual, IDEB $p \geq 75$, localização central
- EMEF Vereador Martim Aranha
Municipal, IDEB $p \leq 25$, localização periférica
- EMEF Prof. Gilberto Jorge Gonçalves da Silva
Municipal, IDEB $p \geq 75$, localização periférica

Porto Velho - RO

- Escola Estadual Getúlio Vargas
Estadual, IDEB $p \leq 25$, localização central
- Escola Estadual Dom Pedro I
Estadual, IDEB $p \leq 25$, localização periférica
- Escola Municipal Maria Izadora da Costa Cruz
Municipal, IDEB $p \leq 75$, localização central
- Escola Municipal Joaquim Vicente Rondon
Municipal, IDEB $p \leq 25$, localização periférica

Recife - PE

- Escola Estadual Barbosa Lima
IDEB $p \geq 75$, localização central
- Escola Estadual José Maria
IDEB $p \leq 25$, localização central
- Escola Estadual Apolônio Salles
IDEB $p \leq 25$, localização periférica
- Escola Municipal Nadir Colaço
IDEB $p \geq 75$, localização periférica

Rio de Janeiro - RJ

- CIEP Raul Seixas
IDEB $p \leq 25$, localização periférica
- CIEP Nação Mangueirense
Estadual, IDEB $p \geq 75$, localização central
- E.M. Vicente Licínio Cardoso
Municipal, IDEB $p \leq 25$, localização central
- EM Engenheiro Roberto Magno de Carvalho
Municipal, IDEB $p \geq 75$, localização periférica

São Paulo - SP

- EE Miss Brownie
Estadual, IDEB $p \leq 25$, localização central
- EE Profa. Sumie Iwata
Estadual, IDEB $p \leq 25$, localização periférica
- EMEF Prof. João Carlos da Silva Borges
Municipal, IDEB $p \leq 25$, localização central
- EMEF João Domingues Sampaio
Municipal, IDEB $p \geq 75$, localização periférica

As variáveis incluídas no estudo foram:

- Política pública de educação sexual nas escolas
- Programa de Educação sexual na escola: existência, como é feita, temas, materiais, dificuldades de professores (as) para trabalhar o tema
- Capacitação/preparo de educadores: em sexualidade, em diversidade sexual, em homofobia
- Conceito de Orientação Sexual
- Conceito de Identidade de gênero
- Conhecimento da sigla LGBT
- Percepção da existência da diversidade sexual na escola
- Opiniões e sentimentos em relação a pessoas LGBT
- Percepção das dificuldades de estudantes LGBT na escola
- Postura e prática da escola frente a estudantes LGBT: recomendação oficial ou regras, postura e prática da escola frente a estudantes travestis, postura da escola frente ao exercício da diversidade sexual, percepção se a escola ajuda ou dificulta o exercício da diversidade sexual, postura e prática da escola frente a estudantes LGBT com dificuldades para lidar com a orientação sexual
- Percepção de educadores e alunos frente à reação da família de estudantes LGBT
- Homofobia na escola: conceito de homofobia, sentimentos em relação a situações de homofobia, atitudes e práticas da escola frente a atitudes discriminatórias, percepção da existência de homofobia na escola, papel da escola frente à homofobia, recomendações para combater a homofobia na escola.
- Causas e conseqüências da homofobia
- Conhecimento, atitudes e práticas em relação ao Programa Brasil sem Homofobia
- Conhecimento de ONG/Movimento Social que trabalham com diversidades sexuais.
- Outros achados relevantes

Os (as) professores(as) e estudantes foram selecionados(as) seguindo a técnica de amostragem proposital. Foram convidados(as) a participar professores(as) de todas as disciplinas do 6º ao 9º ano, com e sem capacitação e/ou experiência em educação sexual. Para os grupos com estudantes, buscou-se incluir representação de ambos os sexos e pelo menos um(a) ou dois(duas) participantes de cada ano.

As pessoas interessadas em participar do estudo passaram pelo processo de consentimento livre e esclarecido, durante o qual foram explicados os objetivos do estudo, a liberdade para responder, para deixar de participar a qualquer momento da entrevista ou do grupo focal, da confidencialidade das informações assim como sua natureza voluntária. Todas as pessoas que aceitaram participar assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). Estudantes com menos de 18 anos de idade foram incluídos somente com TCLE assinado pelo pai, mãe ou responsável legal. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 15 de julho de 2008.

V. ANÁLISE DOS DADOS

As entrevistas e grupos focais foram gravadas e também foram tomadas notas. Além disso foram registrados os dados com algumas características das pessoas num formulário especialmente preparado para o estudo. O entrevistador e o anotador elaboraram um resumo de cada entrevista ou grupo focal imediatamente depois da sua realização. As fitas foram transcritas e os arquivos foram armazenados em computador. A equipe de pesquisa definiu as categorias de análise a partir dos objetivos do estudo e os dados foram analisados seguindo a metodologia de análise qualitativa, com

análise temática do conteúdo. Foi feita dupla leitura da transcrição e análise do conteúdo por dois pesquisadores participantes na coleta de dados para a elaboração do relatório.

VI. ATIVIDADES REALIZADAS

Durante o período foram realizadas dez entrevistas com autoridades municipais de educação, 11 entrevistas com autoridades estaduais de educação, 87 entrevistas com gestores(as) escolares, incluindo diretores(as), vice-diretores(as) e coordenadores(as) pedagógicos(as), 53 grupos focais com professores(as) totalizando 403 professores(as), 47 grupos focais com estudantes totalizando 385 estudantes e 510 entrevistas informais com funcionários(as) administrativos, merendeiras, inspetores(as) e porteiros(as). No total foram entrevistadas 1.406 pessoas. Além disso, foram realizadas observações do ambiente escolar em todas as escolas.

A tabela 1 descreve as atividades realizadas por município.

Tabela 1: Atividades realizadas pela pesquisa por município

	SP	NAT	PV	BH	CUI	GOI	MAN	REC	CUR	RJ	PA	Total
Autoridades Estaduais	1	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10
Autoridades municipais	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	11
Gestores escolas	8	8	8	8	9	8	7	8	8	7	8	87
Professores	36	32	44	54	27	31	55	32	45	26	21	403
Estudantes	34	34	29	41	31	37	40	37	29	29	44	385
Comunidade escolar	37	16	11	45	70	74	53	30	44	70	60	510
Total	117	91	94	150	139	152	157	109	128	134	135	1406

Legenda:

SP = São Paulo, NAT = Natal, PV = Porto Velho, BH = Belo Horizonte, CUI = Cuiabá,
GOI = Goiânia, MA = Manas, REC = Recife, CUR = Curitiba, RJ = Rio de Janeiro
PA = Porto Alegre.

4. RESULTADOS

I. AMBIENTE ESCOLAR

A observação geral da infra-estrutura e equipamentos nas escolas mostrou uma grande variabilidade das condições de higiene, manutenção e segurança. Muitas escolas eram limpas, outras com más condições de higiene e manutenção. As condições de manutenção e higiene dos banheiros de estudantes também eram muito variáveis, mas algo comum observado na maioria das escolas foi que nas paredes e portas dos banheiros masculino e feminino havia grande quantidade de pichações, principalmente de conteúdo religioso, afetivo, palavrões e algumas mensagens homofóbicas. Na maioria das escolas, os banheiros de estudantes não estavam equipados com sabonete, papel higiênico ou papel toalha. Quanto à segurança, era uma preocupação recorrente na maioria das escolas, que eram equipadas com grades e muitas tinham câmeras de vigilância, entretanto em algumas escolas de diferentes capitais foi observado trânsito livre de pessoas no interior das mesmas.

Em relação à organização escolar, o uniforme escolar, por exemplo, era adotado em quase todas as escolas, sendo algumas mais rígidas do que outras no quesito vestuário. Essa variabilidade foi notada em que algumas escolas não permitiam que estudantes frequentassem a escola com miniblusas, shorts, chinelos ou bonés. Esse fato foi mencionado como sendo muito ruim pelos/as estudantes, principalmente nas capitais em que faz muito calor e nas salas não tem ar condicionado, como foi o caso de Cuiabá por exemplo. Em outras, como no caso de Porto Alegre, o uniforme escolar não estava adotado em nenhuma das escolas.

A dinâmica e o comportamento de estudantes também foram variáveis em cada escola. Em muitas escolas os e as estudantes estavam tranquilos (as), organizados (as), com boa interação entre estudantes e docentes. Em outras escolas, contudo, chamou a atenção o comportamento violento de estudantes, com inúmeras cenas de trocas de insultos e agressões verbais, agressões físicas e até situações de discriminação, incluindo as de conteúdo homofóbico.

Na maioria das escolas em todas as capitais não foram observados cartazes ou mensagens sobre direitos humanos ou direitos sexuais e reprodutivos ou de temas relacionados à sexualidade, homofobia, diversidade sexual ou temas relacionados à saúde sexual e reprodutiva como gravidez, doenças sexualmente transmissíveis e HIV/Aids, anticoncepção.

Houve algumas exceções; por exemplo, em Belo Horizonte uma escola tinha afixado um único cartaz relacionado ao tema, que era uma divulgação do 5º prêmio construindo a igualdade de gênero. Em Goiânia foi observado em uma escola um mural com o tema HIV/Aids, contendo folhetos sobre aids voltados à terceira idade com o título “Clube dos ENTA”. Em contraste, chamava a atenção que não tinha mensagens dirigidas a adolescentes ou jovens. Também havia um folder para estimular o exame para HIV, divulgando os locais que oferecem o serviço. No Rio de Janeiro observamos em uma escola cartazes de divulgação do curso “Gênero e Diversidade na Escola” (GDE) no corredor e na sala dos professores. Em outra escola, no mural da sala dos professores está afixado um ofício da Secretaria de Educação orientando os temas importantes para o planejamento de 2010, dentre eles, está “sexualidade/LGBT”. Também foram observados cartazes sobre prevenção do uso de drogas, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST) e sobre serviços de atenção a adolescentes e mulheres vítimas de violência. Em uma das escolas, na entrada

da escola, havia um banner sobre prevenção de DST/Aids e uso do preservativo, referente à campanha do carnaval 2010. Em São Paulo, havia em uma escola um cartaz sobre exploração sexual de crianças e adolescentes em uma sala da coordenação.

É necessário destacar que a metodologia de coleta de dados não permite inferir se a situação encontrada nas visitas representa a realidade de cada escola ao longo do ano, mas é significativo o fato de que havia uma ausência simultânea de mensagens e cartazes na maioria das escolas, com exceção dos poucos exemplos mencionados acima.

Em contrapartida, a pesquisa encontrou, em todas as capitais, escolas com inúmeras referências a práticas religiosas, predominantemente das religiões católica ou evangélica. Por exemplo, em algumas escolas os(as) professores(as) faziam uma oração que era repetida pelos(as) estudantes antes da aula. Também, na maioria das escolas, havia símbolos e mensagens religiosas, tais como imagens de santos, espaços de devoção, crucifixos e bíblia. Em contraste, não encontramos nenhuma referência a outras religiões além das cristãs.

“A palavra, a bíblia, a oração, nós fazemos a acolhida duas vezes na semana, com o hino, né? Então, cantamos o hino nacional, e fazemos a oração do pai nosso, onde todas as religiões fazem, né? E falamos uma palavra da bíblia também” (autoridade, Cuiabá).

Cabe aqui ressaltar que a Constituição brasileira de 1988 estabeleceu a laicidade das instituições públicas em todos os níveis⁹. Neste sentido, não é lícito que prédios públicos ostentem quaisquer símbolos religiosos ou que as instituições públicas imponham o predomínio de qualquer prática religiosa, por contrariar o princípio constitucional da inviolabilidade de crença religiosa. Ao perguntar se tinham conhecimento sobre isto a algumas autoridades e educadores, houve em geral um desconhecimento até da palavra laicidade. Surge aqui uma interrogante que seria importante pesquisar: em que medida tal simbologia atua como um elemento educador em sexualidade e fortalecedor da heteronormatividade dentro das escolas públicas?

Com relação às bibliotecas escolares identificamos, na maioria das escolas, uma carência de materiais didáticos e livros sobre educação sexual. Em geral, quando existentes, muitas vezes esses materiais estavam desatualizados, ou eram desconhecidos pelos(as) docentes, ou ainda tinham um conteúdo que ligava o tema da sexualidade com religião.

⁹ Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

Casos de discriminação e violência homofóbica em escolas brasileiras observadas durante as visitas às escolas

- **Cuiabá:** ocorreu uma cena de discriminação de um estudante para outro assumidamente homossexual. A cena foi presenciada pela pessoa de apoio do pátio, que não tomou nenhuma atitude.
- **Curitiba:** em uma escola observamos uma cena em que um estudante foi agredido com chutes e empurrões por dois outros estudantes maiores que ele que o xingavam com palavrões tais como “caralho” e “viado”. Os agressores não foram contidos por inspetores, professores ou colegas. Também observamos, em outra escola, cenas de discriminação contra estudantes com deficiência auditiva e estudantes com muletas isolados dos demais no recreio.
- **Goiânia:** em uma escola, um estudante se aproximou da equipe de pesquisadores e disse: “Olha, esse aqui é o viadinho da escola”. O menino não falou nada e depois foi agredido fisicamente por colegas. Momentos depois a diretora deu um empurrão num menino surdo para fazê-lo entrar na sala porque ele não tinha escutado o sinal para entrar na sala. Na sala de aula não tem intérprete para surdos.

Em outra escola, durante uma entrevista com um estudante chegou outro estudante e chutou o entrevistado. Posteriormente vieram um segundo e um terceiro meninos que também chutaram o menino entrevistado, batendo numa ferida que ele tinha na perna. Nessa hora, o menino agredido manifestou sentir dor, mas falou que já estava acostumado a ser agredido. O pesquisador interveio, mas os agressores foram embora sem prestar muita atenção. Duas meninas que estavam próximas, que se referiram como amigas do menino agredido falaram que ele gosta de ser agredido e que, inclusive, provoca as agressões.

II. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SEXUAL

Em todas as capitais existem políticas públicas de educação sexual, tanto no nível estadual como municipal. Em algumas capitais essas políticas estão mais consolidadas ou, pelo menos, mais explícitas, do que em outras. Em Curitiba, por exemplo, foi criado na Secretaria Estadual de Educação o Departamento de Diversidade, com o objetivo de efetivar intervenções em sexualidade, gênero e diversidade sexual. O Departamento está organizado e estruturado com representações de núcleos; entre eles, foi criado o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual, que tem como metas regulamentar orientações para as escolas e criar espaços de discussão com a comunidade. No Rio de Janeiro, tanto a Secretaria Estadual como a Municipal de Educação têm desenvolvido projetos de Educação Sexual há muitos anos e estão alinhadas com o programa governamental Rio Sem Homofobia. Há ainda o exemplo de Belo Horizonte, onde o Programa de Educação Afetivo Sexual (PEAS) é uma política pública da Secretaria Estadual de Educação há mais de 14 anos.

Além disso, no discurso das autoridades estaduais e municipais de educação em todas as capitais a educação sexual está implementada nas escolas como um tema transversal, em conformidade com os Parâmetros Curriculares Nacionais¹⁰.

No entanto, os dados da pesquisa mostraram uma contradição entre o discurso de autoridades educacionais nas 11 capitais e a percepção da comunidade escolar porque, para gestores(as) escolares, docentes e estudantes não existem políticas públicas de educação sexual, e a mesma não está implementada de forma sistematizada nas escolas.

“Eu estou aqui desde a primeira série e nunca tive.” (estudante, São Paulo)

“...essa questão sexual é abordada mas não está no planejamento dentro da escola”
(autoridade, Natal)

“Bom, eu não sei se há essa política aqui em Natal; não tenho conhecimento” (professor/a, Natal)

“...aqui não é falado nada, nem palestras e nem encontros” (estudante, Porto Velho)

“Eu acho que eles (programas de educação sexual) são frágeis, né? Eu acho que ainda é uma pitadinha aqui, outra ali, né? Eu acho que é um assunto que fica ainda como apêndice, acho que não se conseguiu avançar ainda, né, assim numa dimensão que fosse mais incisiva, né, que a gente pudesse ter essa discussão mais cotidianamente [...]” (autoridade, Porto Alegre)

“Estudante: tem gente que já pediu.

Entrevistador: Tem gente que pediu? Que gente que pediu? Aluno?

Estudante: é, aluno.

[...]Entrevistador: Pediu o que?

Estudante: Pra ter aula de sexualidade. Falaram que não tinha professor.” (estudante, Porto Alegre)

“Na verdade [...] até onde eu sei, não existe propriamente uma política pública no sentido de uma coisa assim, diretrizes, ou enfim, algum documento mais consistente que oriente a questão da sexualidade.” (autoridade, Porto Alegre)

...”formalmente em sala de aula poucos são os professores que abordam alguma coisa e algo específico não tem” (autoridade, Rio de Janeiro)

A pesquisa também identificou uma confusão no entendimento do que seja a transversalidade. O que professores(as) e autoridades educacionais consideravam como abordagem transversal da educação sexual é responder dúvidas de estudantes em sala de aula ou intervir diante de uma situação específica.

¹⁰ A Orientação Sexual na escola deve ser entendida como um processo de intervenção pedagógica que tem como objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados. Tal intervenção ocorre em âmbito coletivo, diferenciando-se de um trabalho individual, de cunho psicoterapêutico e enfocando as dimensões sociológica, psicológica e fisiológica da sexualidade. Diferencia-se também da educação realizada pela família, pois possibilita a discussão de diferentes pontos de vista associados à sexualidade, sem a imposição de determinados valores sobre outros.

Fonte: parâmetros curriculares nacionais - apresentação dos temas transversais- Secretaria de Educação fundamental, MEC 1997

“Eu trabalho com eles quando aparece o tema. Eu trabalho com eles, mas não uma coisa que vou estar trabalhando o tempo todo. Sigo o conteúdo.” (professor/a, São Paulo)

“Nós trabalhamos a sexualidade dentro do tema dos direitos humanos, só que nós não temos um trabalho dirigido a esse conteúdo. Enfim, nós trabalhamos com temas transversais, dentro dos Parâmetros Curriculares Nacionais, surgiu o assunto ou uma gravidez na adolescência, algum problema relacionado à sexualidade, pedofilia, é que nós entramos no assunto da sexualidade. Então, isso parte do interesse do próprio aluno, ele é quem quer saber.” [autoridade, Goiânia]

“Eu, assim, eu entro em detalhes quando percebo que a turma, está digamos assim, passando dos limites, com vamos dizê, do homossexualismo do... do garoto, por exemplo, aí começa levá pra o lado da brincadeira, é uma brincadeira maliciosa, aí eu aproveito esse momento pra poder passar uma informação”. (educador/a, Manaus)

Neste contexto, a educação sexual, quando realizada, estava limitada à abordagem de aspectos biológicos de temas como puberdade, gravidez na adolescência, métodos anticoncepcionais e doenças sexualmente transmissíveis (DST) e aids e era realizada principalmente, mas não exclusivamente em algumas escolas, pelos(as) professores(as) de ciências, biologia ou educação física. Professores(as) de outras matérias não se sentem preparados(as) nem acham que seja seu papel abordar as questões de educação sexual.

“Quem trabalha esses temas é a professora de ciências nas feiras de ciências” (professor/a, Natal)

“O ideal seria ciências... mas aí a gente bate nessa questão que tem que estar disponível para fazer esse trabalho. Seria a questão da abertura, mesmo. Surgem perguntas que às vezes o professor tem uma certa dificuldade. Então a gente não fecha nas áreas, mas deixa pra quem está disponível” [autoridade, Goiânia]

“Eu acho que a capacitação dos professores é que não é assim, adequada. Deveria ser feito um trabalho mais fundo, né? Pegar os professores, porque geralmente se empurra para o professor de ciências ou de biologia. Deveria ser feito diferente, eu acho.” (autoridade, São Paulo)

“Se estou estudando a revolução francesa, como falar de sexo?” (professor/a Natal)

Foi também mencionado por muitas escolas, como em Curitiba, Cuiabá, Porto Alegre e Rio de Janeiro, por exemplo, o estabelecimento de parcerias para garantir que determinados temas “necessários” sejam discutidos. Assim, houve vários relatos de escolas que possuem vínculos institucionais com secretarias de saúde, faculdades que enviam estagiários para as escolas ou laboratórios farmacêuticos que enviam profissionais até as escolas para realizar palestras com estudantes. Entretanto, essas ações são pontuais e os temas abordados são, mais uma vez, focando os aspectos biológicos ou de natureza biomédica, por exemplo, a prevenção das DST/HIV-Aids. Assim, quando existe, a educação sexual no contexto escolar não foca o tema da diversidade sexual a não ser eventualmente, em algumas escolas, e diante de alguma situação específica que exija a atuação do(a) professor(a). As dificuldades apontadas para discutir educação sexual nas escolas foram muitas, e ainda mais evidentes, quando o tema é a diversidade sexual.

Tanto gestores(as) escolares quanto professores(as) reconheceram que os(as) professores(as) não se sentem adequadamente preparados(as) para trabalhar o tema sexualidade na escola e muito menos estão preparados(as) para abordar o tema das diversidades sexuais.

“Eu acho que nós escolas ainda não estamos, vamos dizer, preparadas para trabalhar a questão da diversidade sexual, nós temos medos, nós educadores somos formados com uma outra cabeça, né? Quando da nossa formação nós recebemos uma outra formação de família, de igreja instituição tal...então eu acho que isso tinha que ser trabalhado de uma forma que todas as pessoas passassem a derrubar tabus, quebrar os tabus que estão existentes” (professor/a, Cuiabá)

“Tem alguns momentos na sala que você percebe assim, a sexualidade na pele, né? a gente percebe, falando por mim, eu percebo que eu deveria tocar no assunto, mas eu não sei como fazer isso”... (professor/a, Curitiba)

Esse despreparo seria agravado, na opinião de docentes, pela falta de oportunidades de capacitação e de materiais adequados para trabalhar o tema. De fato, durante a observação das bibliotecas, a equipe de pesquisa identificou uma carência muito grande de materiais atualizados e/ou adequados sobre sexualidade, educação sexual e diversidade sexual.

Outra dificuldade mencionada para a abordagem da sexualidade nas escolas foi a reação desfavorável das famílias. Em muitas escolas, o temor da reação das famílias frente ao tema da educação sexual, reação esta manifestada em vários relatos durante a pesquisa, era um fator impeditivo para a abordagem do tema.

...“Por mais que falem que existem políticas e disciplinas de educação sexual na escola eu acho que isso é muito complicado, mas o grande problema é a família porque você trabalhar com adolescente como é que isso vai ser feito, aí eu acho que o processo vai ter que ser, pedir autorização pra família pra vê se você pode tá abordando questões que possam ser delicadas ao ver deles, por eles serem menores a gente esbarra nesses problemas”. (professor/a, Rio de Janeiro)

“Um(a) professor(a) começou a dar aulas de educação sexual na escola e levou um boneco do corpo humano para trabalhar com ele. No dia seguinte, uma mãe veio na escola acusar o professor de estar incitando sua filha a ter relações sexuais” (Autoridade, Recife)

“Já aconteceu casos de eu falar do uso de drogas, sobre a questão da homossexualidade e o pai chegá e dize assim: professora eu não quero que a senhora continue; a senhora têm que trabalhá a gramática, a língua portuguesa, essa é a sua função porque a Sra. está incentivando eles a usarem drogas, a senhora está orientando eles a seguir uma opção sexual...” (professor/a, Manaus)

“É meio arriscado falar isso aqui na escola” Arriscado? Sim por uma questão da família” (professor/a, Belo Horizonte)

“A maioria não aceita. A maioria não aceita. Principalmente se for com a mulher, se o pai for religioso, fechado, aqueles bitolados, que o aluno não pode nem pensar no corpo, no sexo, entendeu?” (professor/a, Cuiabá).

“A nossa comunidade aqui, tem ... a questão da religião... a maioria são evangélicos e eles são muito fechados na questão da sexualidade” [autoridade, Goiânia]

Em menor escala, mas digna de nota, foi a percepção de autoridades e docentes em algumas escolas que atribuíram as dificuldades para discutir sexualidade nas escolas à imaturidade dos(as) próprios(as) estudantes, que não estariam preparados para receber essas informações.

...“E outra coisa também que é, raramente, ou talvez nunca...um aluno me perguntou sobre sexualidade de uma maneira séria assim, que tivesse uma dúvida assim sincera sobre alguma coisa, eles me perguntam assim pra testar ou pra instalar um clima na sala de aula de brincadeira. ...como é o caso de uma aluna da sexta série que falou: ah, professor, o que é gozar? Eu sabia que ela sabia e que era deboche e a classe todo mundo rindo e aí eu falei “olha, gozar é o seguinte: é você tá trabalhando e chega suas férias e você vai gozar trinta dias de férias, então é a mesma coisa de usufruir...agora eu não sei se é postura minha que não dou abertura pra esse tipo de coisa...” (docente, Curitiba)

“Se você for falar alguma coisa de sexo pras crianças, elas vão achar o que? Que tá querendo entrar na intimidade... são imaturos.” (professor/a, São Paulo)

Especificamente no caso do tema da diversidade sexual soma-se, às dificuldades anteriormente descritas, a manifestação do preconceito em relação ao tema. Para muitas autoridades de ensino e docentes os(as) professores(as) não estão preparados para discutir diversidade sexual porque esbarram no seu próprio preconceito em relação ao assunto e, quando obrigados(as) a responder perguntas sobre esse tema, cada professor(a) responde e se coloca de acordo a seus princípios e valores morais.

“Nesse público que temos de adolescentes e pré-adolescentes, eu acho que a homossexualidade não é muito esclarecida. Até porque, nem para mim é esclarecida. Imagina para um adolescente ou pré-adolescente que está em desenvolvimento” (Autoridade, Recife)

...“às vezes... o trabalho que a gente faz em sala perpassa pela nossa própria postura e visão de mundo... então, alguns de nós tem uma visão mais aberta, mais tranquila para lidar com isso, outros têm a própria sexualidade como empecilho ou dificuldade, como tabu, né, e como é que vai lidar com isso, com aquele bando de cabeça fervilhante que tá lá, né?” ... (professor/a, Curitiba)

“[...] é o preconceito individual de cada pessoas também. Eu acho que apesar de a gente dizer que não tenho preconceito [...], na verdade a maioria das pessoas tem [...] enquanto eu não tiver essa tranquilidade de aceitação pra lidar com esse tema tenho preconceito embutido com certeza.” (autoridade, Porto Alegre)

...Agora o professor tem que ter uma cabeça assim, pra não demonstrar um...um certo preconceito, ao falar né, sobre essa diversidade sexual né, tentar demonstrar uma certa neutralidade né, e não aquela forma preconceituosa né que às vezes acontece...(autoridade de ensino, Rio de Janeiro)

“E olha, eu acho que pra falar a verdade, nem nós sabemos o que é uma orientação sexual a fundo, porque ela implica na parte biológica, na parte social, na parte antropológica e na parte jurídica, então eu acho que nisso a gente... nós não estamos ainda aptos e eu com meus trinta anos de... eu não tenho essa aptidão. O que a gente fala é o superficial.” (professor/a, São Paulo)

“Eu acho que nós escolas ainda não estamos, vamos dizer, preparadas para trabalhar a questão da diversidade sexual, nós temos medos, nós educadores somos formados com uma outra cabeça, né? Quando da nossa formação nós recebemos uma outra formação de família, de igreja instituição tal...então eu acho que isso tinha que ser trabalhado de uma forma que todas as pessoas passassem a derrubar tabus, quebrar os tabus que estão existentes” (Professor/a, Natal)

Ainda nessa direção, muitas autoridades e docentes em escolas de várias capitais expressaram a preocupação sobre como abordar o tema, que deveria ser “discreta” para não causar reações contrárias ou “incentivar” adolescentes para a orientação sexual homossexual.

“...porque o medo das pessoas, né, quando se fala em diversidade sexual ou até sexualidade é que você incentive, né, que você possa tá mudando a cabeça, eu acho que há um medo grande nisso.” (professor/a, Curitiba).

“A meu ver não deveria ter tratamento especial, tal como uma pessoa com deficiência física (...) se não dá muita atenção para isso”. “Alunos são todos iguais, não tem sexo...” (autoridade de ensino, Rio de Janeiro)

.... “Que às vezes eu fico com medo de responder alguma pergunta, me dou meio de burra assim, pra não incentivar...como é que eu vou te explicar, é não querer responder isso, isso e isso”. (professor/a, Curitiba)

Com base nos dados da pesquisa, podemos então afirmar que em todas as escolas participantes de todas as capitais, há dificuldades de implementação da educação sexual nas escolas como tema transversal, proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais em 1997. Entretanto, ainda é necessário realizar outras pesquisas para aprofundar os motivos da discordância encontrada entre o discurso de autoridades e a percepção de educadores/as e estudantes sobre a existência ou não da educação sexual nas escolas e como está sendo abordada. Os dados encontrados também nos remetem à indagação de que “em que medida o modelo de educação vigente, que prioriza o conteúdo pedagógico, dificulta a educação sexual na escola como tema transversal do ensino fundamental?”

Os dados também mostraram uma contradição presente na formulação e implementação da política pública, que enfatiza a capacitação de docentes e a realidade do cotidiano escolar, que aponta como uma das principais necessidades justamente a capacitação. Por outro lado, a escola não consegue visualizar, além da capacitação (que já é oferecida tanto pelo estado quanto pelo município na maioria das capitais), outras estratégias para a efetiva implementação da educação sexual. Complementando esse quadro, a pesquisa também identificou um profundo desconhecimento das escolas sobre as ONG que atuam na defesa dos direitos de populações LGBT e a consequente escassez ou inexistência de parcerias com essas ONG.

Finalmente, a pesquisa mostrou o desconhecimento praticamente unânime do programa do governo federal Brasil sem Homofobia. Poucas pessoas entrevistadas já “ouviram falar” sobre o programa, mas não conseguiram dar nenhuma informação sobre seus objetivos, suas ações e seus resultados.

III. DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA

Houve quase um completo desconhecimento do significado dos conceitos de “orientação sexual” e “identidade de gênero” conforme definido nos marcos teóricos da pesquisa. Na maioria das vezes, a definição de orientação sexual foi entendida como educação sexual ou, seja, o ato de educar para a vida sexual, ensinar, explicar, orientar às questões de sexualidade, das DST, da gravidez, de como se prevenir. Essa percepção do conceito faz sentido, uma vez que os parâmetros curriculares nacionais de 1997 o utilizam.

“Eu acho que orientação é mais o conhecimento. Eles têm que conhecer pra saber como lidar com a coisa.” (professor/a, Curitiba)

“Para mim orientação sexual se trata da ação pedagógica do professor, o grande foco está nas DST, né, e também na questão do amadurecimento do indivíduo...para mim isso é orientação sexual”. (professor/a, Manaus)

Outro sentido encontrado para orientação sexual foi como sinônimo de “opção sexual”, vontade, escolha:

“A escolha que cada um faz [...] Se quer ser homem, se escolhe namorar, ou ser gay, ou ser hetero, cada um escolhe o que cada um faz.” (estudante, Rio de Janeiro)

“É a opção de gostar, de se sentir bem, de ser feliz assim, pra mim é isso.” (professor/a, Curitiba)

Entretanto, apesar de usarem o termo com este significado, muitos(as) entrevistados(as) não pensam que ser ou não ser homossexual seja, realmente, uma opção que as pessoas escolhem livremente.

...“porque opção é aquilo que a gente escolhe...você não olha pra uma mulher e diz assim “eu vou gostar dessa mulher” não, aquilo acontece de dentro pra fora e por algum envolvimento você passa a gostar como o seu gosto sexual”...(professor/a, Rio de Janeiro)

Em alguns casos houve opiniões próximas ao conceito utilizado pela pesquisa.

“Orientação sexual é a postura sexual que o indivíduo assume. Não é uma escolha, é uma orientação. Não escolheu ser homossexual, é o que cabe.” (professor/a, Goiânia)

“Pra mim é um nome que se dá pro lugar da palavra escolha sexual, que você não escolhe ser mulher, ser homem, você tem uma orientação sexual.” (professor/a, Curitiba)

O conceito de identidade de gênero é praticamente desconhecido por educadores(as) e estudantes; foram raras as opiniões que se aproximaram do conceito utilizado pela pesquisa. A sigla LGBT é conhecida por alguns, mas houve dificuldades para saber o que significa a letra “T” da sigla (travesti e transexual).

O desconhecimento dos conceitos, por sua vez, se traduziu numa dificuldade de compreensão do que seja a diversidade sexual. Para muitos(as) entrevistados(as) a homossexualidade estaria associada à presença de comportamentos considerados típicos do gênero oposto (meninos mais afeminados e meninas mais masculinizadas). Assim, meninos gays teriam voz fina, trejeitos, gestos, jeito de falar, de olhar, de andar diferentes dos heterossexuais. Já as meninas lésbicas teriam

um comportamento “agressivo” e poderiam ser reconhecidas “pelo cabelo curtinho”, “estilo de homem”, “jeito de se sentar”, “traços de homem”.

“tem mulher aqui que é lésbica, porque se veste e parece homem” (estudante, Porto Velho)

Educador(a) 1: “E agora uma pergunta que não quer calar: normalmente as lésbicas, elas têm uma tendência feminina e masculina, são raras as vezes que a gente encontra duas mulheres ditas bonitas que se assumem porque uma delas é...”

Educador(a) 2: masculinizada, né?

Educador(a) 3: Exatamente.

Educador(a) 4: É o ativo e o passivo.

Educador(a) 1: Não, ela simplesmente pega a figura feminina, estraçalha, se torna barriguda como um homem bebedor de cerveja, cabelo curto, aquele andar todo, eu acho que não há necessidade...”

(grupo focal professores/as, Curitiba)

“Entrevistador(a): Como que a gente sabe que alguém é gay ou lésbica?

Educador(a) A: A própria anatomia.

Entrevistador(a): A própria anatomia? Como assim?

Educador(a) A: A própria anatomia, porque geralmente as lésbicas não têm cintura afinada”

(grupo focal professores/as, São Paulo)

“[...] nós temos um aluno no terceiro ciclo que ele é visivelmente gay. Ele é um menino que tem uma sensibilidade estética grande [...] gosta dessas coisas, estilo, roupa e tal.”

(autoridade, Porto Alegre)

Quando indagados(as) sobre a percepção da quantidade de estudantes LGBT na escola o discurso recorrente dos(as) entrevistados(as) foi de que são poucos estudantes gays e um número ainda menor de estudantes lésbicas. O discurso predominante foi de tentar ignorar ou fazer com que os e as estudantes LGBT sejam invisíveis na escola, sendo essa invisibilidade maior entre lésbicas do que gays. Além disso, todos os entrevistados declararam que não há travestis e transexuais na escola.

A compreensão, pautada em parte no binarismo de gênero, de que gays são necessariamente afeminados e lésbicas são necessariamente masculinizadas, pareceu justificar as afirmativas de que elas são menos visíveis do que eles. Algumas pessoas também mencionaram que não podiam afirmar se existiam gays ou lésbicas na escola, uma vez que as pessoas não se assumiam como tal, sendo apenas alvo de suspeitas de professores e alunos.

Uma autoridade inclusive reconheceu que a escola adota a postura de invisibilidade frente à população LGBT:

“...mas existe sim uma invisibilidade...não se diz que tem, é as mesmas pessoas que talvez tenham uma outra orientação sexual ou qualquer outra coisa que diferencie, que não seja só a questão da sexualidade...então não é que em todos os lugares que vão ter um tratamento diferenciado, mas também você não vê, aí em função de que não vê a pessoa não existe ali...como se não existisse em lugar nenhum.”

Somando-se à falta de conhecimentos e informações sobre diversidade sexual ficou explícita, em inúmeros discursos ao longo das entrevistas e grupos focais, a compreensão da homossexualidade como desvio, doença, patologia, anormalidade, perversão.

“Cientificamente existe um problema” (autoridade, Cuiabá).

“...falhou alguma coisa nele...o conceito é que pode ser uma doença, a pessoa já nasce assim homossexual”. (professor/a, Cuiabá)

“eu não acho normal, mas é uma escolha de cada um” (professor/a, Natal)

“Ah, eu sinto pena. Agora a gente não sabe se é uma doença... Se é... se é tratado no meio de irmãs, de mulheres ele fica assim, porque a gente ouve falar muito, né?” (professor/a, São Paulo)

“mas eu gostaria muito de saber isso, se é genético, se é sem-vergonhice, o que que é, se é carência...”(professor/a, Curitiba)

“Jamais vou tratar diferente, mas lá no meu íntimo assim, parece que não é algo normal, né uma coisa meio estranha (professor/a, Porto Alegre)

“Eu estive lendo uma revista, eu posso dizer que era uma entrevista de um médico com outra pessoa e essa pessoa estava perguntando a respeito de como se da a homossexualidade e o médico falou para ele que há vários tipos de homossexualidade , só que seria uma doença...a doença pode ser um tipo de glândula que cresce no cérebro. Algumas pessoas agem daquele jeito porque realmente querem?” (professor/a, Manaus)

“Eu não acho normal, eu não acho bonito, eu não. Pra mim não é normal. Eu acho que Deus fez o homem e a mulher. Só.”(professor/a, Goiânia)

No geral houve uma diversidade de sentimentos frente a pessoas LGBT que variaram desde “é normal”, até estranhamento, asco, nojo. Esses sentimentos foram coerentes com o modelo predominantemente heterossexual e, conseqüentemente, com a percepção da homossexualidade como uma anormalidade. Mesmo as pessoas que disseram que consideravam a homossexualidade como algo “normal” manifestaram diversos graus de repulsa frente a cenas de troca de afeto entre LGBT. Em outras palavras, para muitas pessoas que se definiram como não preconceituosas durante a pesquisa, a homossexualidade é uma situação normal, desde que as manifestações de afeto entre LGBT não sejam públicas.

“É um pouco desagradável quando você vê” (estudante, Cuiabá).

“No shopping eu vi dois homens se beijando, sentado na praça. Gente, eu falei, meu Deus, gente que absurdo, sabe, aquela coisa mais esquisita. Como a...falou mesmo, eu não me acostumo. A não ser futuramente.” [professor/a, Goiânia]

“É difícil, né, de encarar...eu num sei, é difícil...fica estranho...se nós tamo acostumados a ver, né, o côncavo e o convexo, assim, acertando tão bem, se harmonizando...que é bem complicado pra mim, ...realmente é complicadíssimo.”(professor/a, Curitiba)

Entretanto, sentimentos de não aceitação predominaram quando estes ou estas se expõem mais, chamam a atenção, novamente reforçando a ideia de não dar visibilidade:

“Eu acho assim, a opção sexual dele não deveria influir na...em ele achar em agredir o lugar ou a ele mesmo, entendeu?...então eu acho que você tem que se colocar, se respeitar, não se mostrar. Isso não é legal pra você, né?” (autoridade de ensino, Rio de Janeiro)

No caso das travestis e transexuais, embora não existam nas escolas, os sentimentos de repulsa são ainda maiores.

A ESCOLA É UM AMBIENTE HOSTIL PARA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

Em quase todas as escolas pesquisadas foi confirmado que não há travestis e transexuais em sala de aula. Ainda que houvesse predominado nos discursos principalmente de autoridades a mensagem de que a escola permitiria a presença de travestis, muitas declarações alertavam para o fato de que travestis sofreriam discriminação no ambiente escolar, apontando para uma compreensão da escola como um espaço aversivo para tais pessoas.

Entrevistador(a): *“Travestis frequentam essa escola ou não?”*

Estudante 1: *Não.*

Estudante 2: *Não. Não.*

Estudante 3: *Graças a Deus não”.*(Grupo focal estudantes, Curitiba)

“Porque será que a gente não tem alunos travesti na escola? Porque não é o espaço deles [...] não é que não queira estudar. [...] Se alguém tem a ousadia de permanecer, tem que ter muita força de vontade [...]” (professor/a, Porto Alegre)

Por outro lado, os dados da pesquisa também mostraram que a organização da escola, com suas normas e regras, desencoraja a presença dessas estudantes nesse ambiente. Assim, por exemplo, predominou nos discursos das autoridades que a escola permitiria a presença de estudantes travestidos (as), desde que usassem o uniforme, sendo o uso de maquiagem e adereços na maioria das vezes não aceitos também.

...“Eu tenho um problema que na verdade não permitiria. Eu tenho uniforme...maquiagem a gente não permite. Então assim, a gente tenta manter um padrão universal.”(autoridade de educação, Rio de Janeiro)

Além da justificativa do uniforme, outra dificuldade de inserção da travesti em sala de aula foi o fato de que, na opinião de autoridades e professores, o comportamento da travesti desestabiliza a dinâmica da aula e interfere na disciplina. Segundo um(a) professor(a), a travesti seria aceita em sala de aula ... *“se ela permanecesse, talvez, é, comportada, sem trazer muito tumulto”.*

O uso do banheiro feminino por travestis não havia sido cogitado anteriormente para a maioria dos (as) entrevistados (as). Entretanto, foi unânime a rejeição a essa possibilidade sob diferentes justificativas: não aceitação das famílias... *“os pais não querem a filha deles junto com travesti no banheiro”* (professor/a), inadequação por serem menores de idade... *“Nós estamos falando de menores!”* (professor/a)... não aceitação das próprias estudantes... *“aí teria um problema...mas as garotas não vão gostar dele dentro do banheiro”* (estudante). Associada a essa rejeição foram sugeridas alternativas como um terceiro banheiro exclusivo para travestis, uso do banheiro dos professores ou o uso do banheiro dos meninos mesmo, já que... *“ele usa o banheiro masculino, que é o banheiro deles”* (professor/a).

Surgem então algumas perguntas: Isto poderia explicar o porquê travestis não estão na escola? Seria necessário mudar algumas regras para estimular que as travestis frequentem a escola?

Finalmente, uma breve reflexão sobre o nome social. Quando a pesquisa foi aprovada, as discussões em torno do nome social ainda eram iniciais, e não foi incluída uma pergunta específica sobre essa temática nos roteiros de entrevista. Entretanto, o tema foi espontaneamente abordado por alguns(algumas) entrevistados(as). Em algumas capitais, o nome social já estava em discussão no Conselho Estadual de Educação e em outras capitais não havia ainda essa iniciativa. Assim, o posicionamento de educadores e educadoras frente à adoção do nome social foi variável, principalmente em razão do grau de discussão dessa política pública em cada capital.

...“Lá na certidão de nascimento e identidade é o sexo masculino ou o sexo feminino. Sexo masculino, não tem essa”.(professor/a, Curitiba)

“A partir desse ano houve uma mudança na legislação, que nós, inclusive recebemos um ofício agora que o aluno travesti pode usar o nome social dele, nós vamos ter que registrar como nome social dele. Eu ainda não consegui entender como vai ficar a vida escolar dele por exemplo, nós temos um aluno travesti, para efeitos de registro, qual dos nomes vai ficar registrado?” (professor/a, Cuiabá)

A exclusão da travesti da escola foi assim resumida e explicada por uma professora:

“Por causa do preconceito, por causa do preconceito que existe eles acham assim, que a partir do momento que ele fez a opção por ser travesti ele é patrimônio público, né?...todo mundo pode abusar, usufruir, que ele não é mais indivíduo...”(professor/a, Curitiba)

Portanto, a pesquisa mostrou a necessidade de a escola buscar mecanismos para qualificar educadores e educadoras para a inserção da temática da diversidade sexual sob a ótica dos direitos humanos e dos direitos sexuais e reprodutivos. Também aponta, no caso do nome social, a necessidade de se divulgar e estabelecer mecanismos para a efetiva implementação dessa política pública nas escolas, em que pese a marcante mudança de panorama desde a realização da pesquisa.

Em coerência com esses resultados, salvo raras exceções, foi consistente o reconhecimento pelos(as) entrevistados(as) de que a escola é um ambiente hostil a estudantes LGBT. A quase totalidade das pessoas entrevistadas afirmou que é difícil para estudantes LGBT por causa do preconceito e da discriminação a que estão sujeitos(as). Como disse um(a) estudante, *“são os mais zoados da escola”*.

“Nessa escola, como em outra qualquer, o preconceito ainda é muito grande, então... eu percebo que alguns desistem, porque a pressão é muito grande, o preconceito é muito grande, a humilhação é muito grande, então eles desistem.” [autoridade, Goiânia]

Entretanto, para muitas autoridades e professores(as) entrevistados(as) parte da “culpa” pelas atitudes discriminatórias da escola seriam do próprio(a) estudante LGBT, dado que eles e elas “se rejeitam” ou se discriminam devido à sua postura “extravagante”, “histérica”, “deslumbrada”, que causaria repulsa nos(as) colegas e professores(as) ou ainda, colegas fazem “brincadeiras” que seriam erroneamente interpretadas pela vítima da “brincadeira” como ofensa homofóbica.

“Tem muitos homossexuais que são vulgares, eles são um pouquinho pra frente. Não respeitam o local, o lugar e nem a hora” (professor(a), Cuiabá).

“[...] eu compreendo a felicidade dele, só que eu acho que tem momentos pra falar, ele não pode a todo momento sair gritando por aí: ‘ah, eu sou gay, eu sou gay, eu sou gay!’. Tem que manter a postura.” (estudante, Porto Alegre)

“Gay assumido incomoda a escola” (professor/a, Belo Horizonte)

IV. POSTURA, ATITUDES E PRÁTICAS DA ESCOLA FRENTE A ESTUDANTES LGBT

Os dados da pesquisa mostraram que a escola, de fato, reproduz o modelo heteronormativo da sociedade na qual está inserida. No discurso de muitas pessoas entrevistadas, houve a reflexão de que a escola é uma instituição conservadora, que é parte de uma sociedade que é conservadora.

“A escola ainda é conservadora, né? Ela é uma escola que ainda discrimina” (autoridade, Cuiabá).

“Há um preconceito a ser superado na sociedade como um todo e esse preconceito, ele reflete dentro das escolas... A escola reflete exatamente os preconceitos existentes dentro da sociedade, e ao refletir esses preconceitos, tanto professores, quanto alunos os têm, e, na prática, exercem os seus preconceitos dentro das salas de aula e isso evidentemente... que o preconceito nesse caso é com relação à homossexualidade e, portanto, há todo um mecanismo construído para reforçar a heterossexualidade e para combater a homossexualidade e a escola não fica fora disso.” [autoridade, Goiânia]

Houve consenso na resposta de que oficialmente não há uma diretriz ou orientação sobre como lidar com a diversidade sexual e a postura dependeria de cada professor(a). Embora não seja específico para as diversidades, o discurso nas escolas é de tratar todos e todas igualmente, com respeito, sem diferenças.

...“normal, pra nós são todos iguais, não têm distinção...Pra nós o tratamento é igual, como se eles...não tivessem... problema nenhum”. (autoridade, Curitiba)

Entretanto, a pesquisa identificou uma contradição entre o referido discurso “inclusivo” e não discriminatório com a prática da escola visto que os resultados mostraram que a escola adota uma postura de reprimir manifestações de diversidade sexual sob o argumento de que não são naturais e que interferem na disciplina dentro da escola.

“tudo que é fora do comum chama muito a atenção, traz transtornos”(autoridade, Rio de Janeiro).

“...se o comportamento deles fosse condizente com os dos outros normais não teria problema nenhum”(professor/a, Recife)

Em algumas capitais, houve relatos de casos em que os estudantes LGBT foram chamados para serem repreendidos. Nestes casos a insistência é pelo “respeito” ao espaço escolar, que significaria não se expor, não se mostrar. As justificativas estavam fundamentadas na lógica de que o tratamento é igual, não há diferença entre a abordagem a um estudante LGBT e a um não LGBT, mas as repreensões pareciam cair mais sobre aqueles LGBT que eram mais visíveis na escola.

...“*de vez em quando a gente tinha que chamar e falar, ó, segura o tchan aí, que tá extrapolando, você não precisa ter este tipo de comportamento que você tem na frente das outras pessoas. Eu acho que às vezes a gente tem que chamar eles e tá colocando eles um pouquinho no lugar deles, porque não é porque você tem uma, uma opção diferente, que você tem que ser assim aberto a todos e ficar chamando atenção dessa forma.*” (autoridade, Curitiba)

“*E essa direção fez assim, pelo menos chamando a atenção, pra, pelo menos não exagerar tanto.*” (Professor/a, Goiânia)

O tema da diversidade sexual também não é discutido nas reuniões da equipe docente, que são ocupadas principalmente para a discussão do conteúdo pedagógico ou questões disciplinares.

As diferenças de postura da escola no tratamento de estudantes heterossexuais e homossexuais foram muito explícitas, por exemplo, em relação às regras para o namoro. Para estudantes heterossexuais, as regras variaram de escola para escola, ora são permitidos “*dentro dos limites*”, ora são proibidos, mas “*tolerados*”, e um número menor de escolas que proíbem o namoro e adotam medidas punitivas em caso de flagrantes. Entretanto, para casais LGBT o discurso unânime foi de que não existem casais de namorados(as) LGBT na escola sendo que, em algumas escolas, nem se havia cogitado anteriormente essa possibilidade. Entretanto, quando instados(as) à reflexão, muitos(as) entrevistados posicionaram-se, num primeiro momento, a favor de valer as mesmas regras para casais hetero e homossexuais mas o discurso foi se modificando no sentido de que cenas públicas de afeto entre casais LGBT não seriam aceitas pela comunidade escolar, incluindo as famílias.

“*Ver dois meninos se beijando assusta, isso não é comum. A maioria das escolas é igual*” (educador/a, Belo Horizonte).

Estudante 1: ...”*olhei do lado tinha dois meninos se beijando.*”

Estudante 2: *ai que nojo, que nojo.*

Estudante 1: *aí eu olhei tá, que absurdo, ...voltei...traumatizei, sabe.*(grupo focal estudantes, Curitiba)

“*Deixar dois meninos andar de mãos dadas e o resto da turma fazendo críticas em cima e os pais vindo na escola reclamar o que está acontecendo, porque ficam sabendo disso e daquilo e a escola não tomou providência.*” [autoridade, Cuiabá]

“*Olha, eu sou um pouco radical nessa questão. Poderiam até demonstrar um carinho, é... ficarem de mãos dadas e tal; mas o beijo, o beijo ainda me choca, entendeu?*”(autoridade de ensino, Rio de Janeiro)

No caso de estudantes LGBT com dificuldades para assumir sua orientação sexual, em geral a postura da escola seria de conversar, chamar a família (em algumas falas foi ressaltado que o convite à família só seria feito com a concordância do/a estudante) e encaminhar para apoio psicológico. Ou seja, para a escola, as dificuldades de estudantes LGBT não são um problema da escola como um todo, que deveriam ser enfrentadas por toda a comunidade escolar, mas uma situação isolada, pontual, enxergada muitas vezes como um conflito psicológico que deve ser resolvido pelo(a) estudante e sua família. Novamente aqui se expressa a percepção, como bem lembrado por uma autoridade, de que *“a escola não está preparada para lidar com as diversidades. Em geral se prefere ignorar as diversidades e trabalhar num ambiente em que se pretende que todos são heterossexuais (“normais”) porque é um ambiente em que os educadores se sentem cômodos”*.

“Aconteceu isso aqui na escola. Nós tivemos um aluno que quando o pai descobriu que o menino era gay, ele veio igual um louco pedir ajuda a mim e a um colega aqui. Ele chorou copiosamente. Ele queria que a gente resolvesse, eu falei pra gente procurar um psicólogo.” [Professor/a, Goiânia]

“[...] Eu vivi essa experiência esse ano, em função, mas aí é que tá, não em função da escolha da menina, mas em função dos problemas que ela vinha apresentando de não querer estudar mais, de sofrimento, de não querer vir pra escola, da própria família cobrando isso tudo dela, né, essa outra postura, que é querer usar saia, querer usar roupa de menina: 'Tira esse boné da cabeça, né?' Então eu orientei que a mãe fosse procurar essa ajuda.” (autoridade, Porto Alegre)

Outra opinião que prevaleceu na maior parte dos(as) entrevistados é de que a escola adota uma postura omissa em relação a estudantes LGBT, ou seja, ela não ajuda e nem dificulta que estudantes LGBT assumam sua orientação sexual. Na opinião principalmente de autoridades e educadores(as), a escola não está preparada e os educadores não estão capacitados para abordar e lidar com a diversidade sexual. Em algumas capitais os(as) estudantes relataram que educadores(as) não se importavam com eles.

“A escola ou se mantém omissa ou contribui para que estudantes gays não se assumam com a justificativa de que eles vão sofrer, vão ser vítima de discriminação. No fundo a escola não está preparada” (professor/a, Goiânia)

“A escola, a escola, eu vejo assim que muitas vezes é até, como ela tá nesse processo também de aprendizagem, é é não saber lidar com os diferentes, não saber lidar com os diferentes” (professor/a, Manaus)

“...essa escola é neutra, o melhor é ser neutra, trabalhamos pela reação e contra reação, se aparecer nós enfrentamos” (autoridade, Natal)

“O professor até coíbe um pouco o assunto, pra não ter que abrir pra todos, pra não ter que resolver, porque é difícil, né? É um assunto difícil. A sociedade discrimina muito, né? Então, eu acho que a escola, de um modo geral, ela proíbe, ou ela reza para que as coisas não apareçam, pra não ter que resolver né? Eu acho que é.” (autoridade, São Paulo)

“os professores estão nem aí conosco, eles lecionam e dão provas, mas nem sabem nem se interessam com o que passa conosco” (estudante, Natal)

Além do mais, a escola estaria sendo solicitada, na opinião dos(as) entrevistados(as), para lidar com situações que vão além da competência e da disponibilidade de professores, já tão sobrecarregados pelo cotidiano escolar.

“O professor não tá muito preocupado...ele não tem tempo pro aluno, ...ele não tem tempo de enxergar esse aluno, pra ele é uma pessoa sentada numa cadeira...o cara tem quatro, cinco aulas, sabe, sai daqui vai pra ali...ele não tem tempo de olhar pra turma dele” (autoridade de ensino, Rio de Janeiro).

“Porque na verdade todo mundo joga pra escola, a escola é redentora do mundo, a escola tem que resolver o problema do mundo; se tem fome o problema tem que ser resolvido na escola, então vamos dar bolsa-família, que tá relacionada à frequência na escola, se tem violência vamos resolver isso na escola porque a escola tá ficando violenta, é tudo escola.” (educador/a, Curitiba)

No contexto de invisibilidade de estudantes LGBT no ambiente escolar, a qual é reforçada pela postura de omissão frente às dificuldades vivenciadas por estes e estas estudantes, a maioria dos(as) entrevistados(as) reconheceu que é muito difícil para estudantes LGBT frequentarem a escola por causa do preconceito e da discriminação. Em outras palavras, a comunidade escolar reconhece que estudantes LGBT são vítimas de preconceito e discriminação dentro das escolas mas, ao mesmo tempo, relativiza a presença desses(as) estudantes no espaço escolar e se omite frente às suas dificuldades.

“é difícil (assumir) por causa do preconceito, se eles conseguem esconder é fácil” (estudante, Belo Horizonte)

“Eu acho que um pouquinho difícil... assim, eles têm que ter muito...muita convicção do que eles são e serem respeitosos também, né? Eles têm que usar um bom termo.” (professor/a, São Paulo)

Assim, com base nos discursos de autoridades, educadores(as) e estudantes pode-se afirmar que os(as) educadores(as) não estão preparados(as) para lidar com as diversidades sexuais na escola. Ainda mais, em repetidas oportunidades expressaram que, segundo eles, os educadores estão preocupados em fazer provas, qualificar os estudantes, em suma, cumprir com o programa de aulas, mas não estão interessados no que acontece na vida dos estudantes.

V. PERCEPÇÃO DA FAMÍLIA

Foi consenso entre os(as) entrevistados(as) que a maior parte das famílias não aceitam os filhos LGBT, pelo menos num primeiro momento. Esta não aceitação, além de causar sofrimento para o filho ou filha, muitas vezes é consumada com a expulsão de casa ou atitudes de violência. Foram citados vários relatos, principalmente de estudantes, demonstrando a violência praticada pela família contra filhos LGBT. Esse resultado foi igual em todas as capitais e os exemplos abaixo, de diferentes cidades, ilustram o quão grave pode ser essa rejeição.

“A minha ex-colega assumiu que era lésbica, e os pais dela eram homofóbicos , ai, expulsou ela de casa e proibiu todos os parentes de acolher ela. Ela ficou dormindo na rua um mês até que ela conseguiu um abrigo” (estudante, Belo Horizonte)

“Meu pai tem preconceito mesmo. Não deixa ir pra festa, não deixa ir pro shopping, não deixa ir pra lugar nenhum (...). Meu pai não aceita de jeito nenhum. ‘Enquanto você não virar homem, você não tiver uma namorada você não sai’ (...) arrumou uma prostituta para mim” (estudante LGBT, Cuiabá).

“Aí, quando ela virou sapatão, ela contou pra mãe dela, aí a mãe dela pegou e mandou ela embora de casa... a mãe dela batia nela na frente de todo mundo lá na escola. Chamava ela de vagabunda.” (estudante, Goiânia)

“Eu tenho um caso de uma menina que ao se descobrir, né, estar apaixonada por uma colega aos 17 anos, se matou, né? Porque a família, a princípio, não aceitava, desde pequena, aquele, entre aspas, jeito de ser dela.” (autoridade, Porto Alegre)

“O pai dele agrediu muito ele, falava várias coisas com ele, já tacou cadeira nele, na cabeça, por causa disso. Porque ele assumiu e o pai dele não aceitou, então botou ele pra fora de casa, ele e a madrasta dele” (estudante, Rio de Janeiro).

“Teve um aluno que foi expulso de casa, né, isso foi o ano passado, isso influenciou muito no aprendizado...uma barra muito pesada que ele enfrentou, que veio prejudicá-lo aqui, veio acarretar numa reprovação, né, no ano passado.” (educador/a, Manaus)

Também houve alguns relatos, ainda que menos frequentes, em que a não aceitação da condição de LGBT pela família foi minimizada pelo amparo de pelo menos um familiar, em geral a mãe que no início não aceita, mas depois acolhe.

“O pai dele era muito machista, muito preconceituoso, e ele acabou mudando para outro lugar por causa disso... o pai dele queria botar ele pra fora de casa porque ele era gay, ele era meu melhor amigo, né... A mãe dele falou que se ele saísse de casa, ela saía junto, aí o pai dele colocou os dois pra fora e eles foram morar com a tia dele.” (estudante, São Paulo)

Dentre as razões elencadas pelos(as) entrevistados(as) para este tratamento das famílias em relação aos filhos LGBT estão os valores arraigados, a vergonha, a falta de informação e o medo de que os(as) filhos(as) sofram.

Diante dessa realidade, é compreensível a postura da escola, compartilhada por autoridades, professores(as) e estudantes, de não chamar a família frente a um(a) estudante LGBT, denotando a pouca confiança da escola para falar do tema com a família, temendo uma reação violenta. Além do mais, os(as) professores(as) reconheceram que não estão preparados(as) para lidar com estudantes LGBT e muito menos ainda para lidar com as famílias desses e dessas estudantes.

A percepção da reação das famílias diante do tema coloca, não somente os filhos e filhas, mas os próprios profissionais da escola, em uma situação de oprimidos, especialmente no que se refere à compreensão de seus papéis diante do tema, ou mesmo da necessidade de abordá-lo em sala de aula. Alguns disseram que é esse o motivo pelo qual não trabalham com o tema da diversidade sexual nas escolas. Ainda que essa justificativa possa ser usada em defesa das próprias limitações para abordar o tema, autoridades de educação e professores(as) enfatizaram a resistência das famílias diante da sexualidade não heterossexual dos filhos e filhas. A intensidade e causas da resistência dos pais e famílias precisam ser mais e melhor investigadas.

“as vezes os pais fingem que não sabem, se for falar pode até levar um processo nas costas” (autoridade, Natal)

VI. HOMOFOBIA NA ESCOLA

Embora a maior parte das pessoas houvesse ouvido falar do termo “homofobia” por ocasião da pesquisa, muitos(as) educadores(as) e estudantes reconheceram que não conheciam o conceito e outras definiram o termo de maneira equivocada, como por exemplo “*questão racial*”, “*vergonha de se assumir*”, “*doença*”, “*medo de descobrir que é homossexual*”, “*homens que têm medo de mulheres*” “*abuso sexual*”, “*aceitar o outro como ele é*”, “*é medo de se assumir*”, “*medo de ser gay*”. Outros citaram definições sem qualquer relação com o conceito em questão ou reconheceram que não sabiam porque o conceito é novo.

“É uma almofada, uma coisa como travesseiro”. (Estudante, Recife)

“Primeira vez que estou escutando essa palavra”. (professor/a, Manaus)

“Olha, eu acho que eu teria dificuldade. A palavra é nova, um termo novo; pra mim é novo. Eu sou professora tem vinte anos, mas é um assunto novo que a gente tem que conversar, tem que entender a problemática.” (Autoridade)

Ao aprofundar informações sobre o que eles imaginavam que era a homofobia, muitos(as) entrevistados(as) deram respostas bem próximas do conceito que adotamos para fins dessa pesquisa. Eles e elas relacionaram o termo a aversão, medo, rejeição, preconceito, aversão a homossexuais, medo da relação com o mesmo sexo, medo de travestis, atitude bastante discriminatória, preconceito, ódio às pessoas homossexuais. Vale ressaltar que parte desses(as) entrevistados(as) reconheceu que foram pesquisar o significado do termo antes de participar da pesquisa.

“homofobia é não aceitar se não for heterossexual” (professor/a, Belo Horizonte)

“aversão a todos os tipos diferentes de nós, heterossexuais”(professor/a, Curitiba)

“É preconceito contra gays, lésbicas, travestis e bissexuais.” (Estudante, Goiânia)

Houve ainda alguns que expressaram o entendimento da homofobia como uma prática criminosa embora, até a data desta pesquisa, a violência homofóbica não seja caracterizada como crime no Brasil.

“Homofobia é crime, assim como racismo. Eu defino da mesma forma, eu acho que é a completa intolerância do outro, não é?” (autoridade, Belo Horizonte)

Pelos depoimentos de toda a comunidade escolar, podemos afirmar que sim, há homofobia na escola; entretanto, a existência da homofobia dentro da escola é de certa maneira negada, primeiro pelo discurso que nega a existência de estudantes LGBT na escola e, em segundo lugar, porque as expressões de homofobia são muitas vezes minimizadas ou relativizadas, principalmente no discurso de autoridades e docentes. Em outras palavras, a pesquisa mostrou que existe homofobia nas escolas, mas está naturalizada.

“Existe homofobia um percentual bem reduzido; na escola como um todo não há homofobia. Não tem homofobia porque não tem estudantes LGBT”. (autoridade, Belo Horizonte)

“Se existe ela está muito bem escondida (risos) se existe ela não está aparecendo” (autoridade, Cuiabá).

“Só aquele preconceitozinho básico que eu comentei.”(professor/a, Curitiba)

“São esses tipos tipos de brincadeiras saudáveis que existe na sala de aula. Aí você vem com...isso é homofobia?” (professor/a, Manaus)

A postura em relação à agressão verbal contra LGBT não é homogênea. Alguns declararam que são contra as piadas pejorativas contra os LGBT e que reprimem qualquer manifestação de chacota ou de agressão baseadas na homofobia. Entretanto, essa posição parece ser minoritária porque a maioria dos(as) professores(as) qualificaram as piadas e a violência verbal contra homossexuais como brincadeiras inofensivas e não como agressão homofóbica. Houve inclusive depoimentos de que alguns professores se divertiam também com as chacotas contra os(as) homossexuais e às vezes até participavam.

“Eu acho que a piada é uma forma de levar um pouco de leveza pra essa coisa.” (professor/a, Porto Alegre)

“É uma brincadeira, mas a gente sabe que já está embutido aí o preconceito” (professor/a, Recife)

“Não acho que seja homofobia, até porque são crianças...eu tô dando aula pro oitavo ano, tem um menino que é homossexual, aí quando ele começa a agir desmunhecado, começa a falar que nem menininha, aí os colegas ficam rindo, aí depois ele percebe que isso chama a atenção. É só quando ele fala fino”... (professor/, Rio de Janeiro)

...“E tanto aluno, quanto professor, quanto funcionários fazem suas piadinhas sim. Mas são coisas que entram num ouvido e saem no outro.” (autoridade de ensino, Rio de Janeiro)

“Se for engraçada (a piada), a gente ri” (professor/a, Porto Alegre)

“A escola não faz nada, o professor parece que não viu nada, tem caso até que o professor dá risada.” (estudante, Belo Horizonte)

“violência não temos, mas creio que algumas ações assim tipo piadinhas que eles já estão acostumados/as” (autoridade, Manaus)

“Eu, por exemplo, ...pelo que eu vejo na minha frente eles tão brincando, tem umas brincadeiras e tudo, mas.. principalmente os gays e as lésbicas tem mais brincadeiras...mas não tem problema nenhum.”(professor/a, Rio de Janeiro).

O reconhecimento das atitudes e práticas homofóbicas é maior entre estudantes do que entre educadores e autoridades de ensino. Relataram numerosos casos de colegas que vivenciaram situações homofóbicas dentro da escola e citaram diferentes tipos de violência no cotidiano escolar. Os relatos de homofobia variaram desde a agressão verbal à violência física, praticada por estudantes educadores(as), funcionários e até pela direção.

A pesquisa mostrou a existência da homofobia em todas as escolas participantes da pesquisa em todas as capitais. Os exemplos abaixo, relatados em diferentes cidades, de diferentes regiões do país, ilustram a gravidade do problema nas escolas brasileiras:

“Logo que eu cheguei aqui, eles acharam que eu era, sabe? Acharam que eu era sapatona. Aí chegaram pra mim, muita gente chegava pra mim e perguntava e eu falava: ' E se eu fosse? A minha opinião própria é minha. Que é que vocês têm que ver com a minha vida? Eu não conheço vocês.'... Muita gente ainda veio pra mim, e juntou um grupo da sétima série pra me bater, teve menina da sétima série que vieram pra me bater...” (estudante, São Paulo)

“Falaram muita coisa, falaram: ' ah, você não é bem-vinda aqui nesse colégio, porque nós não te aceitamos. Além de você ser baiana, você ainda é sapatona?'. Eu digo: 'Minha filha, cala a tua boca e vai cuidar da tua vida, que da minha cuidado eu!’” (estudante, São Paulo)

“Os professor não tão nem ai. La na sala tem um amigo nosso... e os meninos falam ...ah seu bicha, os professores não fala nada, não defende “ (estudante, Cuiabá)

- *“E começa a zoar ele assim. Começa, ele vai começar a escrever, eles vão falar ‘ó, ele é bicha, ele é viadinho”.*
- *Ó a letrinha dele, olha o viadinho.*
- *O (fulano) da minha sala, ele é biba.*
- *Todo mundo chama ele de bichinha”.* (Grupo focal estudantes, Curitiba)

“... mas quando eu cheguei lá ele estava apanhando, eu cheguei lá, tinha uns cinco em cima dele , sabe, os meninos gritavam, falavam: levanta, vira homem, seu gay...” [Estudante, Goiânia]

“Estudante 1: Uns colegas bateram nele, num bichinha aqui do colégio, bateram nele. Estudante 2: Porque ele era gay.”
(Grupo Focal estudantes, Porto Alegre)

“Estudante: Bato em vários gays e lésbicas[...] porque não gosto de gay. Entrevistadora: [...] e qual a tua razão assim? Estudante: Que ele devia estar pegando mulher.”(Grupo focal estudantes, Porto Alegre)

“– Ele apanhou tanto que ele ficou... uns garotos grandões que a tarde tinha muita gente grande, da oitava e sétima série, meteram a porrada nele e ele ficou cheio de marca azul, roxa. (...) e por isso ele saiu da escola”. (estudante, Rio de Janeiro)

“Aí teve outra vez que ele apanhou, ele veio aqui na secretaria e falou mas não adiantou muito não...ele foi pra outra escola, tal, trocou de turma mas não adianta, entendeu, os garotos pegavam e batiam nele mesmo” (estudante, Rio de Janeiro).

Relato de um caso observado em uma escola em Manaus:

Durante a visita numa das escolas foi observado um estudante que durante a saída ficou esperando que o grupo todo saísse, ficou grudado na parede. O porteiro ordenou que ele saísse e acompanhasse o grupo. O estudante respondeu: *“Não, vou esperar todo mundo sair senão vão querer pegar na minha bunda”* . O porteiro respondeu *“ vaza, vaza”* O estudante insistiu para esperar e repetiu, *“Não, vou esperar todo mundo sair senão vão querer pegar na minha bunda”*, mas foi obrigado a sair

Portanto, existe uma contradição entre a percepção de professores(as) e autoridades de ensino com a realidade da homofobia no ambiente escolar descrita pelos(as) estudantes. A homofobia acontece muitas vezes de maneira velada não sendo percebida como tal nessas situações ou, quando percebida, está tão naturalizada, que agressões homofóbicas são encaradas como situações corriqueiras do cotidiano escolar.

“...os meninos passam a ser chamados de bambi, florzinha e não sei o que lá né...até o florzinha, o menino foi chamado a vida inteira na escola, até ele sair no terceiro ano...de florzinha, Oh, florzinha!!!Ele se acostumou com o apelido e chamavam: oh, florzinha! Assim por uma vida inteira...” (autoridade, Curitiba)

“Eu senti que o menino tava sendo violentado ali né, (era chamado de ‘bambi’ pelos colegas) mas como ele aceitou não sou eu que vou criar polêmica”. (educador/a, Curitiba)

“Mas eu acho assim, se você não liga, cara, se você não liga leva a vida...as lésbicas e os gays são divertidos para gente sair, eles não ligam”.(estudante, Porto Alegre)

Pelos relatos de estudantes, até mesmo agressões físicas muitas vezes não chegam ao conhecimento das autoridades na escola porque acontecem de forma camuflada.

“Tipo, não bate na frente de todo mundo; aí o garoto tá descendo a escada, aí passa um e fala ‘viadinho’ e dá um chute, aí o garoto vai e chega lá fora aí um fala ‘vou te pegar’, tudo assim”. (estudante, Rio de Janeiro)

Também houve depoimentos de estudantes, de educadores(as) e de autoridades reconhecendo a ocorrência de homofobia no ambiente escolar e reconheceram que não a aprovavam. Com relação aos sentimentos frente à homofobia, houve uma variedade de sentimentos diante da situação, desde não sentir nada quando vê outra pessoa ser alvo de agressão ou chacota até sentimentos de revolta, repúdio, incômodo e tristeza.

“Eu não sinto nada, sabe porque? Porque eu acho que se ela se senti incomodada, ela é a primeira a falar, agora se ela fica calada é porque gostou” (estudante, Belo Horizonte)

Estudante A: - *“Tem vez que eu fico com raiva.”*

Estudante B: - *“Eu sou assim, quando eu vejo uma pessoa, assim, humilhar a outra, eu gosto de defender. Eu não gosto de ver humilhar ninguém.”*

Estudante C: - *“Eu também.”*

Estudante A: - *“Tipo assim, eu acho muito... porque se o cara é daquele jeito, é porque ele gosta, né, porque estar interferindo na vida dele, isso não tem respeito, né?”*

Estudante B: - *“Ah, dá vontade de quebrar a cara.”*

Estudante C: - *“Eu tenho um colega... não aguenta ver gay... aí eu falo pra ele assim, ó o respeito, né... respeito é bom e todo mundo gosta.”*(Grupo focal estudantes, Goiânia)

“Esse amigo meu, esse amigo meu que as pessoas ficam chamando ele, cara, eu sou louca de amizade com esse garoto, eu amo muito ele e tipo se eu vejo uma pessoa zoando ele dá vontade de sair rebocando todo mundo, cara, porque eu acho uma idiotice”. (estudante, Rio de Janeiro)

Apesar dos sentimentos de desconforto, incômodo, repúdio e tristeza diante das agressões homofóbicas, mencionados pela maior parte dos(as) entrevistados(as), contraditoriamente, o discurso predominante em relação à postura institucional frente à homofobia foi de omissão. Em outras palavras, embora reconhecendo que a homofobia seja uma causa de dor e sofrimento para a vítima, a escola admite que não adota uma postura ativa para combatê-la. Este é um resultado preocupante porque fica evidente a urgência de medidas para se aprofundar a discussão e o enfrentamento do problema.

“A escola deveria chamar a atenção de quem discrimina e não faz” (estudante, Cuiabá).

“Na verdade a escola ignora porque ela não quer trazer mais essa questão pra resolver” (educador/a, Curitiba)

“E a escola não trabalha com isso (homofobia). Não trabalha, nem quer.” (educador/a, Curitiba)

*“...os professores poderia, eles poderiam comentar sobre isso (homofobia)...
...” eles não falam nada, não falam nada... (estudante, Curitiba)*

“A gente não vê.”(professor/a, Goiânia)

“Na verdade, é assim, eles passam um pano grosso por cima, um paninho quente pra abafar a situação, tá, eles acabam não expondo o aluno, mas também não ficam do lado do aluno, ficam em cima do muro ali, não vão pra lá, nem vêm pra cá, então, é uma questão ainda que, volto a falar, preconceito. Maldito preconceito.” (autoridade, Curitiba)

Esta neutralidade foi explicada, em parte, pela desinformação e despreparo de professores(as) para lidar com a situação. Muitos(as) professores(as) afirmaram que estão conscientes da existência de homofobia, mas não se encontram preparados para lidar com a questão ou já possuem afazeres demais no cotidiano escolar.

“... e o professor fica assim, de lado, não querendo entrar nesse assunto. Mas o professor também sofre essa dificuldade de estar reagindo.” [Autoridade, Goiânia]

“Eu acho que a gente num todo, nós não estamos preparados... na individualidade, um ou outro, mas no todo, no contexto geral da escola pública, não.” (professor/a, São Paulo)

“a gente não tem a informação de como lidar e você acaba tendo ação discriminatória mesmo, de não quer ter por perto, não vai me fazer bem ter um aluno de opção sexual diferente” (autoridade, Manaus)

“Eu não sei como é que eu vou ajudar essa menina com esse comportamento que eu tenho... porque ela é lésbica e eu não sei, Vou falar mentira para você, eu sei, eu sei...eu não sei nada, a situação tá nesse pé.”
(educador/a, Belo Horizonte)

“Tem um aluno gay que se isola, eu tento me aproximar mas não sei como”.(educador/a, Belo Horizonte)

“O professor anda trabalhando tanto e ganhando tão pouco que eu acho que ele não tá dando conta nem do que ele tem que fazer.” (autoridade, São Paulo)

Houve uma diversidade de opiniões com relação a se a homofobia estava aumentando ou diminuindo na escola. Algumas pessoas opinaram que a homofobia está aumentando e outros acharam que está diminuindo, mas na verdade, quando justificavam suas opiniões, a maioria relatou que há uma maior visibilidade da comunidade LGBT promovida por manifestações dos movimentos sociais como as paradas gay.

“Eu acho que tem diminuído, não sei, porque eu acho que as pessoas estão lutando mais, né. A gente vê aquelas paradas gays, que as lésbicas e gays, eles se revelam, levam as faixas e tem muita gente culta nesse meio, lutando pelos seus direitos, por igualdade...”
[Autoridade, Goiânia]

“Acho que as pessoas tão aceitando mais, né? Principalmente assim, porque vê muito na televisão, a mídia tá focando muito assim, em lugares que aceitam o casamento de homossexuais, então assim, as pessoas estão começando a mudar um pouquinho o conceito ou então deixando de se preocupar, né, de aquilo ser um peso né, como antigamente, falava que ele era homossexual então ninguém podia andar com ele, agora não. Eu acho que tá ficando mais natural, né?” (autoridade, São Paulo)

Para parte da comunidade escolar a importância da homofobia foi relativizada por outras demandas sociais que seriam prioritárias como as desigualdades sociais, a questão da população negra, a xenofobia e a violência em geral.

“Problema eu tenho...mas não é um problema tão grande né!, eu acho que o problema racial era maior...” (autoridade, Cuiabá)

Apesar dessa ressalva, a homofobia foi predominantemente considerada um problema muito importante pela maioria dos(as) entrevistados(as), que precisa ser melhor analisado e mais enfaticamente combatido.

“Eu acho muito importante, é uma discriminação gravíssima, né? Toda discriminação é gravíssima, né, qualquer tipo. Do gordo, né? Eu sou, eu sofro muito e vejo muito as meninas em geral às vezes sofrendo com a história da gorda. Vira até ponto de referência: 'Do lado daquela gorda'. Então todo preconceito eu acho que é abominável. Eu acho que cada um tem o direito de ser como achar melhor, de gostar, né, tem seu livre arbítrio, todos nós temos o dever de respeitar.” (autoridade, São Paulo)

Muitas pessoas informaram que antes da pesquisa nunca haviam pensado no assunto e não haviam percebido as implicações de violência a respeito. Também foi destacado que a escola deveria priorizar esse tema. Neste sentido, a pesquisa facilitou a reflexão de autoridades, educadores(as) e estudantes sobre qual é a situação atual de estudantes LGBT na escola, sobre a postura e o preparo para lidar com as diversidades sexuais e ainda revelou o desafio para a escola sobre qual seria o seu papel no enfrentamento da homofobia.

“E difícil nós conseguirmos transformar a escola pra que essa escola seja um ambiente pra adolescentes. Isso é o difícil, e essa é nossa busca direto e tem gente que acha que não, que os alunos tem que se adaptar àquilo mesmo, que sempre foi assim, sempre será. E não é assim. A escola precisa realmente rever práticas, rever dinâmicas.” (autoridade, Curitiba)

Professor(a) A: - *“[a escola] Deveria ser contrária e ter mais trabalho sobre isso, mas com pessoas especializadas para isso.”*

Professor(a) B: - *“Não colocar nós lá... preconceituosa ou não sabemos, não entendemos nada. É o que a gente fala, tem que por pessoas capacitadas pra fazer esse tipo de trabalho.”*

Professor(a) C: - *“O problema eu acho é a escola conversar sobre isso. Eu acho que o primeiro passo, é a gente peitar a escola, comunidade escolar, professor, funcionário, todos! Primeiro a equipe senta e fala sobre isso. Quando a gente fala, a gente reflete, faz uma reflexão.”*

(Grupo Focal professores, Goiânia)

“Entrevistador(a): *Qual que é o papel da escola pra diminuir a homofobia?*

Estudante 1: *Diminuir o preconceito.*

Estudante 2: *Mudar em tudo.*

Estudante 3: *Ensinar nós...*

Estudante 4: *Ensinar o aluno, preparar ele pra vida...como é que vou ser um médico se eu tenho um preconceito, tenho nojo de atender uma pessoa que é negra, que tenha uma opção sexual diferente da minha...Então, eu acho que a escola tem que preparar a gente pra isso, pra ser e conviver com as pessoas independente do jeito que ela for.”*

(Grupo Focal estudantes, Curitiba)

Essa reflexão também resgatou a importância do preparo das famílias para compreender as diversidades sexuais e do papel da família no enfrentamento da homofobia; muitos depoimentos enfatizaram a importância de uma ação integrada entre escola e família para que esse trabalho tenha êxito.

“E, assim, eu não sei bem como, mas nós precisamos resgatar a família; nossos alunos estão muito abandonados e os homossexuais, principalmente. Então, eu acho que tem que resgatar isso.” [Autoridade, Goiânia]

Também chamou a atenção que para uma parte dos(as) entrevistados(as) o enfrentamento efetivo a este tipo de preconceito parece não passar pelo papel da escola. Houve apenas o reconhecimento do papel dos movimentos sociais, mas não foi apontada qualquer iniciativa que fosse responsabilidade prioritária das escolas.

“Para acabar com a homofobia acho que contribui muito a questão dos movimentos, movimentos gays, acho que é questão de se tornar evidente”. (professor/a, Natal)

Entretanto, esta não foi a postura predominante; a maioria das pessoas entrevistadas exploraram várias sugestões e recomendações para o combate da homofobia nas escolas, a maior parte das quais direcionada a prover informação para a comunidade escolar incluindo pais, professores(as), estudantes e funcionários(as). A capacitação foi apontada como uma das prioridades, sendo que essa capacitação teria que estar dirigida a todos(as) os(as) envolvidos(as) com o ambiente escolar.

“Passar mais conhecimento para os alunos, para professores, para a parte gestora da escola... porque quanto mais conhecimento a pessoa tem, mais fácil fica de aceitar... as diferenças que aparecem... mais fácil lidar com certas situações.” [Autoridade, Goiânia]

Foi ressaltada a necessidade de punição para quem comete atos discriminatórios, uma vez que tal atitude é compreendida como exemplar. Foi recomendado, ainda, que as ações de combate a homofobia sejam realizadas de modo interdisciplinar e contínuo, com a abertura de espaços para o diálogo e o estabelecimento de horários dentro do planejamento escolar. Também foi sugerido que a escola possa contar com um(a) profissional preparado(a) para auxiliar os(as) docentes e estudantes

dentro das escolas e que os(as) estudantes fossem ouvidos acerca de suas ideias de como fazer o enfrentamento da homofobia na escola.

“Teria que ter um trabalho multidisciplinar e teria que ter também alguém dando suporte para o professor e para os alunos.” (professor/a, Porto Alegre)

Além dos muros da escola, também foi sugerido ampliar a informação do tema à sociedade, em todas as vias de comunicação e também que se elaborassem mecanismos legais para os casos de homofobia.

“Eu acho que não só na escola, mas na mídia e no jornal. Porque a escola, muitas vezes, até por a gente não discutir, eles nem ouvem a gente, né. Mas a mídia, eles são mais a família do que com a gente.”(professor/a, Goiânia)

“Porque existe lei contra cor, preconceito, tem contra doméstica, eu acho que devia também de ter contra homofobia porque isso não tem.” (estudante, Porto Alegre)

Foi grande a ênfase na necessidade de se trabalhar as famílias, uma vez que a maior parte dos discursos de autoridades, professores(as) e estudantes apontaram as famílias como grandes obstáculos às iniciativas que versam sobre educação sexual nas escolas.

“Mas o problema é que não adianta a gente conscientizar eles aqui, se em casa os pais vão falar outra coisa.” (estudante, São Paulo)

“Não precisa ir muito longe. O vídeo que nós falamos aqui: “Medo de Quê? Foi esse que a secretaria de ensino mandou para a escola, que é o trabalho que a gente tem na sétima série, que está dentro do conteúdo programático. Eu passei o vídeo. A diretora me chamou na sala dela e falou: ‘Porque que você tá passando isso? Você não acha que é muito pesado?... os pais vão reclamar!’.” (professor/a, São Paulo)

“Nós recebemos esses kits e os kits foram liberados para que eu pudesse usar pra mostrar pros alunos... e eu pedi que eles conversassem com os pais. Cinquenta por cento da sala os pais não autorizaram eles participarem da aula sobre gravidez, pênis, preservativo, vagina.” (professor/a, São Paulo)

“Eu acho que os pais também devem ser reunidos; deve se fazer um trabalho efetivo com os pais. A gente tem muito pouca participação desses pais na escola e isso é muito ruim. Pra gente estar sentando com eles e estar trocando essas informações sobre as diferenças. Acho que vai ser um momento importante se a gente conseguir assim”.(professor/a, Goiânia)

“a escola tem que conversar com os pais, não para contar, mas para explicar sobre essas coisas de gay e lésbicas” (estudante, Porto Velho)

A pesquisa mostrou então a necessidade de que a escola reflita e coloque nas suas prioridades estratégias para o enfrentamento da homofobia que deverão ir além do processo de capacitação, sem dúvida fundamental, mas por si só insuficiente. A partir dos dados analisados, pensamos que é necessário também discutir as metodologias educativas utilizadas nas capacitações, a transversalidade do ensino da sexualidade, a inclusão dos temas de direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos e diversidade sexual, mas sobretudo, é necessário aprofundar a reflexão sobre o modelo de educação atualmente existente nas escolas.

Além do mais, é urgente que novas pesquisas sejam realizadas para conhecer o que pensam e opinam as famílias sobre o ensino da sexualidade na escola, a diversidade sexual e a homofobia para que, com base nesse conhecimento, seja possível definir estratégias eficazes para uma educação sexual na escola pautada nos direitos sexuais e reprodutivos e no respeito à diversidade sexual.

VII. CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

A pesquisa buscou explorar, entre os(as) entrevistados(as), quais seriam, na sua opinião, as causas e as consequências da homofobia. Para muitas pessoas houve a compreensão acerca da construção sócio-histórica da heteronormatividade na gênese da homofobia, reconhecida como um fenômeno construído e reforçado pelos valores e pela educação nas famílias ao longo do tempo. Neste sentido, os valores e a cultura machista seriam determinantes na construção de uma sociedade que só aceita a heterossexualidade.

“Homem, mulher, o pai cria sua filha pra que? Pra ele levar no altar, pra casar, pra ter seus filhos, pra ter seus netos...o pai cria seu filho homem pra que? Pra ter uma mulher bonita do seu lado, que o conduz, que o encaminha, que dê filhos, que tenham netos, isso é o padrão, não adianta...”

...“eu não tenho vergonha de dizer, se isso é medieval, eu sou medieval porque eu fui criada assim... e criei meus filhos pra isso...eu ia sofrer muito se eu tivesse um filho, uma filha...”

“eu me encaixo aí também.”(Grupo Focal professores/as, Curitiba)

“Eu ainda coloco tudo isso dentro do preconceito cultural da nossa sociedade latina que é formada em cima do machismo”. (educador/a, Curitiba)

“Não é natural, porque o homem nasceu pra mulher e a mulher nasceu pro homem...pra garantir a espécie, né.”(educador/a, Curitiba)

“... se refere mesmo à sociedade. São os valores que são passados. Os valores que você recebe em casa da sua família e que faz parte da sociedade também... É a própria cultura.”
[Autoridade, Goiânia]

Alguns entrevistados aprofundaram essa reflexão, chamando a atenção para o aprendizado da violência homofóbica dentro das famílias:

“A própria família, a questão da casa, a educação já faz com que eles cresçam com aquela ideia de que eu tenho que bater porque é isso aí, tem que ser espancado, essas coisas, é isso aí, tem que espancar, tem que bater que é para aprender a ser homem né? E você já é aquilo que a sociedade preconiza né?”(professor/a, Rio de Janeiro)

Também foi destacado pelos(as) entrevistados(as) que a religião exerce um papel importante na formação e manutenção do preconceito acerca das questões de sexualidade e orientação sexual.

“ Na igreja você escuta: o homem com a mulher, maldita a mulher que deita com mulher “(educador/a, Belo Horizonte)

“isso é coisa do diabo” (professor/a, Porto Velho) .

“Acho que tem que ser mulher com homem e homem com mulher, porque é assim que tem que ser. Está escrito na Bíblia”.(estudante, Curitiba)

“(a religião)... diz que é coisa do mal, que é o diabo, essas coisas aí. É complicado, a maioria realmente condena, né” (educador/a, Manaus)

Embora esteja também relacionado com a influencia da religião, foi mencionado por algumas pessoas que a sociedade tende a educar a juventude numa tradição machista que respeita muito os papéis tradicionalmente definidos como masculinos ou femininos. Isso inclui o sexo heterossexual, com fins procriativos, como a única conduta aceitável. Na opinião dos(as) entrevistados(as) essas normas estão tão enraizadas na população que também interferem negativamente na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e no uso de métodos anticoncepcionais. A homossexualidade, por buscar só o prazer, sem fins reprodutivos é considerada uma perversão e como tal deveria ser coibida.

Embora a escola seja, a princípio, uma instituição laica, a pesquisa identificou inúmeros símbolos e práticas religiosas, principalmente católicas e evangélicas, na maior parte das escolas visitadas. Uma autoridade inclusive expressou sua preocupação com a inclusão do ensino religioso nas escolas:

“... tem uma legislação agora que você tem que incluir o ensino religioso. Tudo bem que é numa perspectiva laica também, de você mostrar as religiões, mas você sabe que quem vai procurar aulas de ensino religioso são pessoas que têm uma formação desse tipo, são pessoas que têm crenças, né? Então é complicado isso.” [Autoridade, Goiânia]

Portanto, a pesquisa mostrou a necessidade de se ampliar o debate sobre como assegurar o princípio da laicidade nas escolas brasileiras.

Outro fator apontado para contribuir com a homofobia foi a desinformação sobre as diversidades sexuais e a identidade de gênero.

“A educação sobre isso deveria ser desde pequeno.”(estudante, Belo Horizonte)

Houve ainda discursos de culpabilização dos próprios LGBT, ou seja, a vítima LGBT de uma violência homofóbica seria a culpada por provocar essa reação com seu comportamento, vestimentas e atitudes consideradas “exagerados” ou “extravagantes”.

“Pelo fato de chamar a atenção, de querer chamar a atenção mais do que os outros” (professor/a, Cuiabá).

“ é porque tem gays que é escrachado e fica mexendo com outros homens, e isso cria o preconceito “. (estudante, Belo Horizonte)

...“*aí dá vontade de dar uma sacudida, perguntar ‘é isso que você quer? Tua mãe acha o quê?’ Tentar dar um rumo na vida dessa criatura e falar assim ‘ó, agora você se coloca no seu lugar se é isso que você quer, então se dá ao respeito pra ninguém mais ficar te chamando de purpurina’.* (educador/a, Curitiba)

Essa maneira de pensar se repetiu em muitas declarações. O discurso é de que cada pessoa pode ter a orientação sexual que quiser, mas os homossexuais devem respeitar as normas de conduta dos heterossexuais e não fazer alarde da homossexualidade.

Houve também, para parte dos entrevistados, a percepção de que a homofobia é um fenômeno natural, na medida em que significa uma reação natural das pessoas àqueles e àquelas que desafiam a regra da heteronormatividade.

“*Cargas opostas se repelem e cargas diferentes se atraem. Isso é física. Isso é química, né. Não o que acontece dentro de um átomo, né. Positivo e negativo se atraem e positivo com positivo, tchau, negativo com negativo, tchau...É um preconceito natural.*”(educador/a, Curitiba)

“*É o conceito natural, toda sociedade humana é baseada nesse conceito social por que? Porque a base da construção social é sempre a procriação e pra que haja procriação você precisa ter dois gêneros diferentes, masculino e feminino. A partir do momento que essa lei natural é invertida ou é contraposta a uma lei natural, há a reação natural das pessoas que estão, que acreditam que dentro dessa lei exista o equilíbrio.*” (educador/a, Curitiba)

Houve um amplo reconhecimento de inúmeras e nefastas conseqüências da homofobia, incluindo mágoa, tristeza, sofrimento, depressão, isolamento, baixa auto-estima, perda de rendimento escolar, violência, suicídio e até morte. Em Cuiabá a equipe de pesquisa ouviu o relato de um suicídio de uma menina lésbica que tomou soda cáustica por não ter agüentado a pressão de ser discriminada.

“*Às vezes eles se matam, se drogam, ou vão prostituir o corpo*” (estudante, Cuiabá).

Outras das conseqüências da homofobia mencionadas foram o isolamento, o medo e o segredo sobre a sua sexualidade.

“*Caso, tem medo do preconceito... Como as pessoas vão reagir. Tem muitas pessoas que tem o pensamento maldoso... pensa, ‘ah ele é bicha, não vou andar com ele, não vou falar com ele’. A pessoa vai, vai criando aquele negócio de ficar isolado, com medo de ser rejeitado pelos colegas, aí, não assume, fica uma pessoa que não é.*” (estudante, Cuiabá).

Em relação à evasão escolar, foi consenso que um(a) estudante LGBT pode deixar a escola devido à homofobia, mas esta não é reconhecida como uma causa de evasão escolar. As estatísticas de abandono escolar por homofobia são desconhecidas, até porque não está incluída nos registros de evasão escolar.

Todavia, houve vários relatos de impacto no rendimento e abandono escolar:

“*Tem uma amiga, tem uma menina, aí tipo , ela começou faltá porque começaram a zoar ela, dizendo coisas. Ela começo a faltá porque diz que ela não conseguia ir pra a escola porque ela tinha muita vergonha. Ela já tentó até se matá mesmo!*”
(estudante, Belo Horizonte)

“Ele começou o ano bem, ele se entrosou, tentava se entrosar, já no terceiro ano do ensino médio...quando ele abria a boca a turma fofocava, foi feito um trabalho com a turma, mas são tudo adolescentes, né, ...ele ficava num canto e esse piá ficou muito revoltado, os textos dele, ele assustava, era muito agressivo...e de repente ele parou de vir, aí fui ver o que é né, ele diz que no pátio acuavam ele num canto e ele não suportou.” (educador/a, Curitiba)

“Meu amigo já saiu da escola por causa disso, ele parou um tempo e depois ele pediu transferência.” (estudante, São Paulo)

“Veio um menino pra cá que já havia sido discriminado em outra escola porque tinha o jeito bem homossexual... então a mãe veio aqui pedir pelo amor de Deus pra ele voltar pra cá, porque ele já tinha sido nosso aluno... os meninos fecharam ele no banheiro, deram uma surra nele e ele tava com horror de voltar para aquela escola, aí ele veio aqui, mas eu não sei exatamente o que aconteceu que com os meses ele também acabou saindo.” (professor/a, São Paulo)

No entanto, não são somente estudantes que abandonam a escola devido a experiências de discriminação por conta de sua sexualidade; houve também relatos de educadores(as) e funcionários(as) que tiveram que abandonar a escola. Um(a) professor(a) do Rio de Janeiro relatou a seguinte experiência:

“– Eu trabalhei em uma escola em que uma professora se declarou, né? Ela foi rotulada (...) e uma aluna chegou em casa e falou com o pai: ‘olha pai, quando eu crescer eu quero ser igual a professora fulana’ e isso causou um problema seriíssimo, os pais foram na escola pública, os pais fizeram abaixo assinado, a professora ficou tão chateada que saiu da escola. A menina falou que no caso queria ser igual a professora fulana porque a professora fulana era de família pobre, estudou em escola pública a vida inteira, (...) fez UFRJ e ainda estava fazendo o mestrado, então, a menina falou no sentido de crescer e o pai pensou no biotipo, né?”

Com base nos resultados da pesquisa, a evasão escolar por violência homofóbica parece ser uma realidade nas escolas, mas se desconhece em que medida ou com qual intensidade a homofobia tem provocado a queda no rendimento escolar de estudantes ou até mesmo a interrupção dos estudos. Na opinião de uma autoridade *“isso tem que ser investigado”*. Também cabe indagar por que a escola se omite ao mesmo tempo em que reconhece as graves consequências da violência homofóbica.

VIII. OUTROS ACHADOS

Talvez um dos fatos mais relevantes da realização da pesquisa tenha sido despertar do interesse e facilitar o início do diálogo sobre o tema da sexualidade e a homofobia nas escolas. Os problemas das escolas são variados e os(as) professores(as) não tinham tomado cabal consciência da dimensão do problema da homofobia nem da necessidade de estarem melhor preparados para lidar com esses temas.

Neste sentido, a realização da pesquisa nas escolas desencadeou uma série de ações positivas: muitos professores e estudantes relataram que foram buscar informação sobre o tema para poder participar e vários entrevistados mencionaram que foi a primeira vez que tiveram a oportunidade de discutir o tema. Além disso, em algumas escolas, houve reuniões com pais para apresentação da pesquisa e solicitar a permissão para participação dos filhos.

Um dos resultados positivos foi a excelente aceitação dos pais em relação ao tema da pesquisa. Entretanto vale a pena também destacar que em algumas capitais houve algumas dificuldades para que os pais autorizassem a participação dos filhos. O que não sabemos é se isso foi desinformação ou resistência ao tema.

“Mesmo quando eu passei pra dar este questionário, a reação dos pais foi terrível. Não queriam que seus filhos participassem.” (autoridade de ensino, Porto Alegre)

O tema da pesquisa estimulou também a reflexão pela primeira vez sobre a temática de algumas autoridades entrevistadas. Em duas capitais, uma autoridade até solicitou o roteiro de perguntas por que achou que seria muito importante pensar com mais profundidade nessas questões e uma delas até tomou algumas decisões imediatas, uma delas foi investigar o motivo pelo qual estudantes abandonam a escola, para saber se houve ou não problemas de homofobia.

...“Não sei se há essa prática (referindo-se a piadas pejorativas) em sala de aula, entendeu? Eu espero que não, vou até procurar saber disso devagar. Acontece tanta coisa que às vezes a gente nem pensa.” (autoridade de ensino, Rio de Janeiro)

“Aliás, depois de hoje, vou buscar um monte de coisas.” (autoridade de ensino, Porto Alegre)

Não foi objetivo desta pesquisa investigar outros tipos de violência recorrente (“Bullying”) na escola. Entretanto, o tema “bullying” foi várias vezes mencionado por autoridades, professores(as) e estudantes. Por exemplo, numa escola em Goiânia onde foi presenciada uma cena de agressão homofóbica contra um estudante, houve também o depoimento de duas meninas que relataram que ela sofre violência de gênero. Contaram que os meninos sentam uma delas numa cadeira, são amarradas e outro menino as beija à força. Elas não têm como se defender e falaram que os/as professoras/es não ficam no recreio para tomar conhecimento dessa situação. Outros problemas ligados à discriminação foram citados em diferentes momentos.

“...um negro entra na escola e já colocam um apelido que aquilo fica...ele já perdeu a identidade dele pra vida inteira. Ou aquele que é um pouquinho mais obeso já vira gordinho, já vira o bola sete, já vira o bola...e perde a identidade dele, né, porque a partir dali não chama mais pelo nome e isso, a princípio, pode parecer pra eles que não é algo ofensivo, né, mas isso destrói a pessoa...”(autoridade, Curitiba)

*É a agressão, agressão, é preconceito, né, você apanha na escola, tipo, porque você é inteligente, porque você é burro, porque você é isso, porque é aquilo...
...porque você é gordo, porque você é magro, porque você tem cabelo curto, porque é longo”.* (estudantes, Curitiba)

“A gente tem um problema sério em relação ao racismo. A gente tem muitas crianças, muitos alunos que são negros e eles sofrem um preconceito também em relação aos meninos, então, talvez até seja um problema maior de bullying do que com relação aos meninos que são homossexuais...” [Autoridade, Goiânia]

“Porque você tem casos de preconceito com relação a gordura, à magreza, a cabelo, a pobreza. Hoje nós tivemos uma aluna chorando aqui porque eles criticam porque ela vem sempre com a mesma roupa. E é muito difícil Ela não quer, ela não queria voltar pra sala de aula.” (autoridade, Porto Alegre)

“Na minha sala, eu e mais uma menina, a gente sofre muita discriminação, a gente é chamada de Maria-Macho, de roqueira, de defunto... de tudo quanto é coisa.” (estudante, São Paulo)

O uso de drogas também foi apontado em várias capitais como um problema muito grave que está presente no ambiente escolar, se não pelo uso dentro da escola, pelo envolvimento de muitos(as) estudantes com as lógicas do tráfico e toda a sua complexidade de violências, hierarquias e cobranças. O problema da gravidez entre adolescentes também foi um tema de grande visibilidade; segundo os(as) entrevistados(as) são cada vez mais frequentes os casos de estudantes que engravidam e em idades cada vez mais precoces. Em outros contextos o abuso sexual também foi um tema que surgiu entre os(as) professores(as) como uma realidade desafiadora que a escola tende a enfrentar cada vez mais.

5. RESULTADOS E RECOMENDAÇÕES DAS REUNIÕES DEVOLUTIVA

Em todas as 11 capitais foram realizadas reuniões devolutivas para apresentação e discussão dos resultados do município e para a proposta de recomendações com base nos resultados. As reuniões foram facilitadas por dois pesquisadores, sendo que pelo menos um deveria ter participado do trabalho de campo naquele município. Foram convidados(as) gestores(as) das secretarias de educação do Estado e Município, diretores(as), vice-diretores(as), coordenadores(as) pedagógicos, professores(as) e estudantes das escolas participantes, representantes dos movimentos sociais e outros atores sociais comprometidos com o tema. As reuniões tiveram entre quatro e oito horas de duração e foram divididas em três momentos: apresentação dos resultados pelos pesquisadores, discussão dos resultados, discussão e propostas de recomendações para o relatório final e para o município.

Embora todas as escolas participantes do estudo tivessem sido convidadas, houve uma pequena participação de docentes e só em alguns lugares houve a participação de estudantes. A justificativa das escolas foi que seria muito difícil retirar professores e estudantes de sala de aula. Entretanto, em alguns municípios, foi expressiva a participação de professores(as), inclusive de escolas que não haviam sido incluídas na pesquisa.

Em todas as capitais, os(as) participantes das reuniões devolutivas reconheceram que os resultados da pesquisa correspondem, de fato, ao que é observado no dia a dia das escolas. Como mencionou um gestor: *“a pesquisa trouxe um registro do que já se sabe; a novidade foi a sistematização da informação com a pesquisa”*.

Embora eles/as tivessem se reconhecido nas falas das apresentações, ao mesmo tempo ficaram surpresos e muito preocupados com a situação, já que não tinham se dado conta do sofrimento que é vivenciado pelos estudantes LGBT, e que a escola não está sabendo lidar com essa situação.

Partindo dessa premissa, algumas discussões foram recorrentes em todas as capitais como, por exemplo, o resultado que as igrejas de um modo geral estão contribuindo para reforçar a heteronormatividade e para não aceitar as diversidades sexuais. Houve consenso em todas as capitais sobre a influência da religiosidade no interior do espaço escolar, bem como do seu papel social. É importante lembrar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBE) diz que o ensino religioso deve ser oferecido em todas as escolas públicas de ensino fundamental, mas a matrícula é facultativa. A definição do conteúdo é feita pelos estados e municípios, mas a legislação afirma que o conteúdo deve assegurar o respeito à diversidade cultural religiosa e proíbe qualquer forma de proselitismo. Por outro lado, a Constituição brasileira (1988) assegura o princípio de laicidade do Estado, conforme o artigo 19:

“É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.”

Esta incoerência entre a norma da LDBE e o princípio constitucional foi amplamente discutida nas devolutivas, assim como a ideia de que é necessário advogar pela plena implementação de uma escola laica. Isto implicaria, em um primeiro momento, em fazer cumprir o caráter facultativo da matrícula, seguindo-se ao aprofundamento da discussão na comunidade escolar buscando a legitimação da laicidade no espaço escolar.

Outro aspecto muito explorado nas devolutivas foi o desafio, bem como as limitações e dificuldades, para a efetiva implementação de políticas públicas de diversidade sexual nas escolas. Foram destacadas, neste tema, a necessidade de fortalecimento da capacitação de docentes e a elaboração e a distribuição de materiais educativos para professores(as) e estudantes.

Também foi enfatizada a dificuldade de aceitação das iniciativas de educação sexual nas escolas pelas famílias, em consonância com os achados da pesquisa. Neste ponto, foram mencionados vários relatos de situações vivenciadas pelas escolas diante da resistência dos pais ao tema.

Em cada uma das capitais houve algumas recomendações e acordos feitos para a continuidade das ações nas suas respectivas cidades. Mas de um modo geral, com base nas discussões realizadas as principais recomendações das reuniões devolutivas incluem:

- Capacitar educadores para implementar a educação sexual que inclua as diversidades sexuais e a identidade de gênero.
- Capacitar os (trabalhar com os) pais para que possam ter uma melhor compreensão da diversidade sexual e apoiar os filhos em suas decisões sobre orientação sexual em vez de rejeitá-los.
- Aumentar o conhecimento sobre o tema da homofobia, especialmente sobre adolescentes travestis e transexuais.
- Realizar pesquisas sobre o tema da diversidade sexual e homofobia com as famílias.
- Promover a discussão e advogar por uma educação laica.
- Aumentar o diálogo das escolas com o movimento social e ONGs atuando na luta contra a homofobia para realizar um trabalho nas escolas.
- Divulgar os dados da pesquisa, inclusive nas escolas e em outros setores, como a saúde.
- Incluir o tema da diversidade sexual no projeto político-pedagógico das escolas.
- Produzir materiais educativos sobre diversidade sexual e homofobia para as escolas.
- Divulgar a legislação sobre o tema nas escolas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, listamos alguns pontos que merecem destaque:

- A pesquisa atingiu o principal objetivo, que era conhecer o que as autoridades da educação (estaduais e municipais) autoridades das escolas, educadores, pessoal de apoio e estudantes sabem e pensam sobre as diversidades sexuais na escola e o que pensam e como atuam frente à ocorrência de homofobia.
- O resultado mais importante da pesquisa foi a constatação de que existe sim homofobia nas escolas, reconhecida pela grande maioria das e dos participantes como um problema importante que merece toda a atenção, não somente das autoridades educacionais, mas de toda a sociedade. Por outro lado, a pesquisa também constatou que a população LGBT é invisível nas escolas, o que também determina a invisibilidade da homofobia. A homofobia também é naturalizada ou minimizada, para não entrar em conflito com os costumes tradicionais da sociedade dominada pelas doutrinas morais religiosas que condenam a homossexualidade.
- Embora a pesquisa não considerasse a obtenção, de maneira direta, da opinião das famílias dos estudantes, as atividades com todos os participantes permitiram obter, indiretamente, informações sobre como pensam e atuam as famílias no que diz respeito a esses temas, o que aumenta ainda mais valor aos resultados da pesquisa. Entretanto tornam-se fundamentais novas pesquisas para conhecer melhor a opinião das famílias e identificar melhor as necessidades para as futuras ações.
- A participação de autoridades da Educação e autoridades, educadores e pessoal das escolas foram fundamentais para o sucesso da pesquisa. Graças à colaboração de todos, que não pouparam esforços para colaborar, a equipe de pesquisa conseguiu realizar as atividades programadas e coletar todas as informações no tempo disponível em cada escola.
- Apesar de a pesquisa ter incluído capitais das cinco regiões do país e que em cada município foram escolhidas escolas municipais e estaduais, com IDEB alto e baixo e nas regiões centrais e periféricas dos municípios, os resultados são bastante homogêneos. Embora existam muitas opiniões e percepções diferentes sobre alguns aspectos pontuais, em geral, o conhecimento e as atitudes sobre as diversidades sexuais e homofobia foram muito similares em todas as escolas de cada município e em todos os municípios.
- Existe um grande desconhecimento sobre os conceitos básicos de sexualidade, identidade sexual e diversidades sexuais. Embora o discurso seja, muitas vezes, de tolerância e aceitação da diversidade, a maioria das pessoas não aceita a homossexualidade e a rejeita por considerá-la pecado, desvio, perversão, doença ou, pelo menos, anormalidade. Embora a homossexualidade já não seja considerada uma doença e não aparecem nos códigos internacionais de doenças, muitas pessoas, ainda sabendo esta informação, continuam afirmando que as pessoas homossexuais são doentes.

- As consequências da homofobia são muito prejudiciais para adolescentes LGBT e inclui tristeza, baixa autoestima, isolamento, violência, abandono escolar até o suicídio. Especialmente travestis e transexuais não podem continuar na escola por ser a escola um ambiente hostil para eles/as. Também neste ponto há necessidade de investigar melhor a situação de travestis e transexuais nas escolas e os motivos do abandono escolar.
- Muitas e muitos participantes não conheciam o conceito homofobia e nunca tinham pensado nem falado sobre o tema. Uma das respostas mais frequentes era que a homofobia é o medo à homossexualidade ou aos homossexuais. Entretanto as práticas de violência homofóbica foram relatadas com detalhes embora nem sempre fossem reconhecidas como homofobia.
- A grande maioria dos e das estudantes pensa que a homofobia existe, é um problema importante e que não estão sendo implementadas ações efetivas para tentar eliminá-la ou, pelo menos, reduzi-la. Os estudantes referem que a escola esta sendo omissa frente a estudantes LGBT e que ainda que solicitem que sejam tratados temas como diversidade sexual, homofobia e discriminação, os professores, em geral, evitam discuti-los.
- Há uma grande distância entre a teoria e a prática com relação às políticas de educação sexual. As e os professores reconhecem que não aplicam muitas das recomendações estabelecidas nas políticas e planos anuais porque sentem que não estão preparados para atuar na área das diversidades sexuais e da homofobia e também porque temem que as famílias se oponham a que esses temas sejam tratados nas escolas. Também os educadores, que sabem que esses temas deveriam ser tratados como temas transversais, pela falta de tempo e por não se sentirem preparados, preferem ignorar o tema e só falar dele quando os estudantes fazem perguntas específicas sobre o tema. Um tema recorrente nas entrevistas com autoridades das escolas e educadores é que os e as educadoras estão sobrecarregados, com falta de preparo e sem motivação para trabalhar os temas transversais.
- Existe consciência, refletida nas respostas em entrevistas e grupos focais e nas discussões e recomendações das reuniões devolutivas, da urgente necessidade de implementar programas de formação integral de educadores(as) e de produzir materiais para que as e os educadores possam atuar eficientemente na área de educação sexual que contribua à construção de uma escola sem homofobia.
- É também evidente que o esforço não pode se concentrar só nessa área. Também é muito importante melhorar o ambiente escolar em geral e as condições de trabalho das e dos educadores para que possam cumprir efetivamente sua missão educacional.
- Um dos aspectos que merece muita atenção é a questão da escola laica. A pesquisa tornou evidente uma verdade que toda a comunidade tenta minimizar e ocultar que é a influencia das religiões nas escolas. Há um discurso que o ensino religioso aborda o ensino das religiões, mas na prática houve também um reconhecimento que os símbolos religiosos e outros cultos presentes estariam fortalecendo a construção de uma cultura machista, que valoriza e reproduz a heterossexualidade, discriminando outras orientações sexuais e identidades de gênero e favorecendo a homofobia.

- A partir dos resultados da pesquisa também surge uma nova pergunta de pesquisa a ser respondida: A família é um empecilho para que as e os educadores trabalhem a sexualidade na escola? Ou esse argumento é utilizado pelos(as) educadores(as) para não fazer educação sexual na escola? Consideramos da maior importância que se realizem pesquisas bem controladas, idealmente nos mesmos municípios, para conhecer melhor o pensamento das famílias sobre estes temas, que permitam desenvolver estratégias efetivas, baseadas em evidência, para reduzir ou eliminar a ocorrência da homofobia nas escolas.

A realização dessa pesquisa já abriu o debate e a reflexão sobre este tema nas escolas; espera-se que a disseminação dos resultados deste estudo estimule a participação de toda a comunidade escolar e que junto às autoridades educacionais desenhem e coloquem em prática estratégias e ações de combate à homofobia.

Pensamos também que é preciso posicionar esta discussão junto a uma discussão mais ampla sobre um projeto educacional comprometido com a transformação das estruturas sociais que suscitam e perpetuam a homofobia e tantas outras formas de discriminação, além de considerar aspectos concretos relacionados às condições de trabalho dos(as) educadores(as).

“É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal maneira que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática”.

Paulo Freire

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernadete da. *Juventudes e sexualidade*. Brasília: Unesco, 2004. Disponível em:
<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133977por.pdf>

BORRILLO, D. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, ano CXLXVIII, nº 135,16 jul. 1990. Seção 1, p. 1. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm> Acesso em 18 out. 2010.

_____. Ministério da Educação e do Desporte. Secretaria de Projetos Educacionais Especiais. **Diretrizes para uma política educacional em sexualidade**. Brasília: MEC/SEPESPE, 1994a. 44 p.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997a.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental. Temas Transversais**. Brasília: Ministério da Educação, 1998.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília, 2003.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. **Saúde e prevenção nas escolas – atitude para curtir a vida: diretrizes para a implementação do projeto**. Brasília, Ministério da Saúde, 2006c.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006e.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). **Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Brasília, 2007a. Disponível em
<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escola_protege/caderno5.pdf> Acesso em 13 mar. 2011.

_____. Ministério da Educação. **Plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas**. Brasília: Ministério da Educação, 2007b.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n°s 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n°s 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008a.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília: Senado Federal. Senadora Fátima Cleide, 2008b.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. **Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DST entre Gays, HSH e Travestis**. Brasília, 2008c.

_____. Ministério da Educação. **Conferência Nacional da Educação Básica**. Documento Final. Brasília: Presidência da República, Ministério da Educação, Secretaria Executiva, Secretaria Executiva Adjunta, Comissão Organizadora da Conferência Nacional da Educação Básica, 2008d.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008e.

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano nacional de educação em direitos humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2009a.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2010a.

_____. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Subsecretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. Departamento de Promoção dos Direitos Humanos. Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos de LGBT. **Relatório de Monitoramento das Ações do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – PNPCDH-LGBT**. Brasília, 2010b

_____. Comissão Organizadora Nacional da Conferência Nacional de Educação. **Documento Final**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Executiva, 2010d.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

HAAS A. P., ELIASON M., MAYS V., MATHY R. M., COCHRAN S.D., D'AUGELLI A.R., SILVERMAN M.M., FISHER P.W., HUGHES T., FAAN, M.R., RUSSELL S.T., MALLEY E., REED J., LITTS, D.A., HALLER E., SELL R. L., REMAFEDI G., BRADFORD J., BEAUTRAIS A.L., BROWN G.K., DIAMOND G.M., FRIEDMAN M.S., GAROFALO R., TURNER M.S., HOLLIBAUGH A., CLAYTON P.J. Suicide and Suicide Risk in Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender Populations: Review and Recommendations. *Journal of Homosexuality*, 58:1, 10-51, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00918369.2011.534038>.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. Bagoas, Natal - RN, 1(1): 1-22, 2007. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v01n01art07_junqueira.pdf

LEGISLAÇÃO brasileira sobre educação. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009. 428 p. Série legislação, n. 12.

PRINCÍPIOS de Yogyakarta. **Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero.** 2007.

RIOS, R. R. Homofobia na Perspectiva dos Direitos Humanos e no Contexto dos Estudos sobre Preconceito e Discriminação *in* Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas, 2009. Disponível em:

<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000015502.pdf>

TEIXEIRA-FILHO, F. S. & MARRETO, C. A.R. *Ideações e tentativas de suicídio em adolescentes com práticas sexuais hetero e homoeróticas.* Prêmio Educando para a Diversidade - Aliança Global para Educação LGBT (GALE) / Centro Paranaense da Cidadania (Cepac), 2010.

UNAIDS – Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o HIV/Aids. Grupo de Cooperação Técnica Horizontal para América Latina e Caribe (GCTH) e Centro Internacional de Cooperação Técnica em HIV/Aids (CICT). **Direitos humanos, saúde e HIV:** Guia de ações estratégicas para prevenir e combater a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Brasília, 2007.

UNESCO. *O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam.* São Paulo: Moderna, 2004. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000027.pdf>

8. ANEXOS

PROGRAMA DA CAPACITAÇÃO

<i>1º DIA</i>	<i>2º DIA</i>	<i>3º DIA</i>	<i>4º DIA</i>
<p>Módulo 1 Apresentação Duração: 2 horas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Abertura 2. Apresentação e Integração 3. Expectativas e objetivos 4. Programa e metodologia 5. Contrato <p>Módulo 2 O Projeto Escola sem homofobia Duração:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O projeto e a pesquisa <p>Módulo 3 Os principais Marcos de Referência Duração: 2 horas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O Programa Brasil sem Homofobia 2. Educação Sexual na Escola 3. Sexualidade e Gênero 4. Diversidades sexuais 5. Direitos sexuais e Reprodutivos 6. Leis e projetos <p>Módulo 4 Identificando Atitudes e Valores Duração: 1 hora</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. (Re)conhecendo atitudes e valores <p>Módulo 5 Noções de pesquisa qualitativa Duração: horas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A pesquisa qualitativa 2. O Grupo Focal 3. A entrevista em profundidade 4. Observação dirigida 	<p>Módulo 6 Praticando técnicas de comunicação Duração: 1 hora e 30 minutos</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Comunicação verbal e não verbal 2. O Tom de voz 3. Tipo de perguntas <p>Módulo 7 Corpo, Sexualidade, Gênero e Direitos Sexuais e Reprodutivos Duração: 6 horas 30'</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A construção do corpo e da sexualidade 2. Sexualidade e gênero 3. Revisão do conceito de Gênero 4. Diversidades sexuais 5. Histórico dos Direitos Sexuais e Reprodutivos 6. Discussão de casos 7. Conceito de empoderamento 	<p>Módulo 8 A pesquisa Duração: 4 horas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Revisão do protocolo de pesquisa 2. Aspectos éticos da pesquisa 3. Apresentação dos instrumentos 4. O papel de pesquisador@s e de assistentes de pesquisa <p>Módulo 9 Aspectos práticos do trabalho de campo Duração: 4 horas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Antes, durante e depois 2. Como conduzir uma entrevista 3. Facilitando um grupo Focal e o papel d@ anotador/a 4. Como realizar a observação dirigida 5. O registro de informações 6. O relatório 	<p>Módulo 14 Organizando o trabalho de campo Duração: 2 hora 30'</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O trabalho em equipe 2. Equipes de trabalho 3. Cronograma 4. Ações preparatórias <p>Módulo 15 Praticando o trabalho de campo Duração: 1 hora</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Exercício prático <p>Módulo 15 Avaliação Duração: 1 hora 30'</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Avaliação 2. Certificados 3. Encerramento